

# NOVOS RUMOS

EDIÇÃO PARA SÃO PAULO

ANO III Rio de Janeiro, semana de 7 a 13 de abril de 1961 N° 109  
Diretor Executivo — Orlando Bomfim Jr. Diretor — Mário Alves Redator-Chefe — Fragmen Borges

## Derrota de Jânio Nas Eleições de São Paulo

Texto na 2ª página

# Prestes a NOVOS RUMOS: Reforma Cambial Beneficia os Trustes e Sacrifica o Povo

Texto na 3ª página

### Quando Jânio vinha aí...

### Depois que Jânio chegou...

Gasolina	Cr\$ 10,20	Cr\$ 17,32
Pão (bisnaga)	Cr\$ 8,00	Cr\$ 11,30
Matarrão (pacote)	Cr\$ 32,50	Cr\$ 54,00
Ovos (dúzia)	Cr\$ 75,00	Cr\$ 105,00
Gás de bujão	Cr\$ 310,00	Cr\$ 530,00
Tomates	Cr\$ 30,00	Cr\$ 65,00
Transportes coletivos		aumento de 30 a 40%
Táxi		aumento de 40%
Medicamentos		aumento de 100%
Leite		aumento de 30%
Verduras e legumes		aumentos de 40 a 50%
Frutas		aumentos de 50 a 70%

### O Pescador e Sua Rêde

Art. de JOVER TELLES na 2ª página

### Camponeses fluminenses querem Reforma Agrária

Texto na 2ª página

### PC Português solidário com os povos africanos

Texto na 4ª página



### Jânio Manda Demitir 200 Operários da Cia. de Alcalis

Texto na 2ª página

### Movimento Nacionalista: Política cambial submissa aos monopólios estrangeiros

Texto na 7ª página

### Bond & Share Preocupada com a situação da Pernambuco Tramways

Texto na 7ª página

### Jânio Aumenta os Preços e o Número de Desempregados

Texto na 8ª página

## A Voz de Deus

ORLANDO BOMFIM JR.

**NO DISCURSO** de terça-feira, o sr. Jânio Quadros adotou a tática de se defender acusando. Tudo o que está acontecendo é consequência da política do sr. Juscelino Kubitschek. Nada tem a ver com isso o atual governo, a reforma cambial por ele iniciada, a já tristemente notória Instrução 204.

**LONGE** de nós a mais pálida idéia de justificar o que fez o sr. Kubitschek. A opinião dos comunistas a respeito é bastante conhecida, não vem ao caso repeti-la aqui. Mas não se pode permitir que os erros de ontem sirvam de biombo aos erros de hoje. Que razão caberia ao médico que, tendo dado veneno ao doente, apontasse como causa da morte o tratamento errôneo ministrado pelo colega que o antecederia?

**ACUSANDO** para se defender, na verdade o sr. Jânio Quadros não se defendeu. Das milhares de palavras que, em sussurros ou aos gritos, espalhou pelo Brasil através do rádio e da televisão, nem uma sequer foi dedicada à refutação dos argumentos que caracterizam a Instrução 204 como expressão de uma política econômico-financeira antipopular e antinacional. Disso não tratou e nisso é que está o «x» do problema. Preocupou-se apenas em sustentar que a loucura da recente subida dos preços resulta exclusivamente das emissões do governo anterior. E aí é que a meia-verdade encobre uma mentira.

**A INSTRUÇÃO 204** constituiu, antes de mais nada, uma escandalosa desvalorização do cruzeiro, de acordo, aliás, com princípio básico da política ditada pelo FMI. O próprio ministro da Fazenda, sr. Clemente Mariani, afirmou que o governo, fixando em 200 cruzeiros o câmbio de custo, havia se adiantado à inflação. A verdade cambial não passa, pois, de uma grossa patranha. Ao contrário do restabelecimento do câmbio real, estabeleceu-se um cruzeiro desvalorizado. E a prova de que assim foi está nas alturas atingidas, como efeito do 204, pela cotação do dólar.

**AVILTADA** a nossa moeda, os preços inevitavelmente se elevam, porque passamos a adquirir no estrangeiro tudo mais caro. O simples anúncio, ou conhecimento prévio desse aviltamento dá margem a especulações, e que souberam se aproveitar amigos mais próximos do presidente da República, adquirindo vastas somas de dólares antes de divulgada a Instrução da SUMOC. Não se trata, portanto, dos limitados aumentos de 2 a 4%, bisonha ou maliciosamente previstos pelo sr. Jânio Quadros, decorrentes do encarecimento da gasolina e do trigo. Mas de um aumento geral, de uma onda avassaladora de aumentos, na medida da desvalorização da moeda. É isso que está acontecendo. E é isso que o presidente da República tenta ocultar.

**FALSEANDO** o presente, que prometeu o sr. Jânio Quadros para o futuro? Adotou, a essa altura, uma política de crediário. Pediu um crédito de confiança pelo prazo de um ano. Comprem hoje e paguem amanhã, diz a propaganda das casas comerciais. Passem fome hoje e recebam amanhã a recompensa, diz o presidente ao povo. E na realidade, o que quer dizer é ainda pior. Deseja que o povo, diante da carestia acentuadamente mais esfomeadora, vá apertando o cinto. Virá depois a estabilização. Uma estabilização de estômagos vazios, de cinto no último furo.

**ASSIM FALOU** o sr. Jânio Quadros. E, como menino medroso que assovia alto no escuro, fez ameaças e desafios. Também posou de dono absoluto da verdade e grande incompreendido. Do egotismo atingiu a egolatria. Ele, só ele, e mais ninguém. Cego aos aplausos, que não o impressionam, surdo às intimidações, que não o assustam. Diz saber que sua política o tornará o homem mais impopular do país. Os que nele votaram contra ele se voltarão. Nada importa. A opinião pública não lhe causa massa. Deve considerar que a voz do povo é a voz do Diabo. A voz de Deus — para ele — deve ser a voz do FMI.

### Laus: URSS Aponta Caminho Para a Paz

**DEFININDO** claramente a sua posição na resposta às propostas britânicas para a conclusão de um acordo sobre a crise do Laos, o governo da União Soviética desmascarou as provocações norte-americanas e abriu caminho para a reintegração daquele sacrificado país asiático e para a formulação definitiva de um Estatuto que o impeça de voltar a se alimentar pelo ciclo agressivo de Washington. A crise lautina, que se originou da violação grosseira dos acordos de Genebra pelos Estados Unidos e se agravou nas últimas semanas em virtude das ameaças de intervenção aberta formuladas pelo sr. Kennedy, poderá agora ser resolvida rapidamente. As propostas britânicas, coincidentes com as sugestões soviéticas apresentadas quando ecluiu a guerra civil, poderão levar, ao acordo desde que os norte-americanos reconheçam, realmente, a neutralidade do Laos e se disponham a respeitá-la, o que não fizeram depois de 1954.

A realização de uma conferência internacional da qual participe a China e o reconhecimento do governo de Suvana Fuma são também condições básicas para esse acordo. Na foto, um grupo de lautinos que se apoderou de um avião dos rebeldes direitistas para se juntar às forças populares de Cong Lee e do Pathet Laos.

### EUA Renovam Ameaças Contra Cuba

Texto na 7ª página

# O Pescador e Sua Rede

JOVIER TELLES

Sem dúvida, a vitória eleitoral de sr. Jânio Quadros significou uma demora temporária das forças nacionalistas e democráticas que formaram na coligação eleitoral objetivando tomar a candidatura de Marshal Tachau Lott. Estudando com esse vitória, os imperialistas norte-americanos e seus agentes internos no Brasil se esforçam, atualmente, para desencadear uma ofensiva contra as conquistas econômicas, políticas e sociais do nosso povo. Essas forças pretendem concretizar as ameaças pronunciadas por J. Q. em seu discurso de posse.

Em meio à névoa das pequenas escaramuças diversionistas e envolventes, representadas pelo enigma do «bilhetinho», vai aparecendo, para as massas, com maior nitidez, o verdadeiro objetivo de J. Q., a essência antinacional, antidemocrática, antipopular e reacionária da política do atual Governo. Nessa sentida, a Instrução 204, da SUMOC, atendendo às exigências do Fundo Monetário Internacional, é o melhor atestado das assertivas feitas, constantemente, pelos comunistas, ao caracterizar, antes, a candidatura de J. Q., agora, seu Governo.

Compreendendo que sua política de «causteridade» determinará, inevitavelmente, o acirramento da luta de classes no país, J. Q. trata de aparelhar o Governo para enfrentar «o que der e vier». Objetivando assegurar o êxito dessa política, o Governo trabalha no sentido de ampliar sua base militar, para lamentar e de massas. No plano militar, o Governo monta um dispositivo de repressão contra o povo «... com o afastamento, nas Forças Armadas, de todos os elementos que, cumprindo o seu dever militar, fizeram respeitar as leis e asseguraram as liberdades individuais e políticas.» No setor parlamentar, o Governo se esforça para impedir a formação de qualquer oposição organizada e visa a constituir uma débil maioria. É claro que isso está determinando, em um novo reagrupamento das forças políticas em presença e, conseqüentemente, uma polarização mais acentuada dessas forças.

As forças janistas no movimento sindical, de posse do Ministério do Trabalho e de outros órgãos patronais, conquistaram a possibilidade de ampliar sua influência nos sindicatos. Atualmente, entramos num período de aguçamento da luta pela direção do movimento operário, e os dirigentes janistas passaram a desempenhar importante papel nessa luta. Verifica-se, por parte do Governo, uma ofensiva visando romper dirigentes sindicais, atrair o movimento sindical para a sua órbita, e comprometê-lo com sua política. Nesse sentido, J. Q. transforma-se em pescador e estende sua rede. Chama os sindicatos a indicarem diretores para todas as empresas estatais, convida líderes sindicais para participar nas «Comissões de Inquérito» e nos chamados «Grupos de Trabalho». Difunde-se a idéia de que, sob o Governo de J. Q., os operários transformar-se-ão em patrões, pois poderão comprar ações das empresas do Estado (Capitalismo Popular). Por sua vez, o Ministro do Trabalho realiza um grande esforço visando ganhar os dirigentes sindicais para apoiar a política de J. Q. Nesse sentido, o próprio Jânio mantém conversações com diversos dirigentes. O Ministro pede a indicação de nomes para preencher postos no seu Ministério em São Paulo, apela para que o proletariado não realize greves e conceda um crédito de confiança aos patrões e ao Governo. Aliás, este é um argumento muito utilizado pelo Governo: pedir crédito de confiança... em face das dificuldades deixadas pelo sr. J. K., e tendo em conta o pequeno tempo de existência do atual Governo. O Governo aconselha os dirigentes sindicais a confiar em sua ação, a não tomar nenhuma medida de luta sem antes pedir audiência ao Ministro do Trabalho, etc. etc.

O Governo passa a combinar a demagogia com a reação. Seu Ministro do Trabalho diz respeitar o direito de greve, mas sufoca pela força a greve dos armadores, ameaça empregar a força contra casos de greves parciais da Estivagem, manda tropas para, se necessário, esmagar a greve dos trabalhadores da Cia. Nacional de Alcalis, etc. Aliás, é bem conhecida a ameaça contra o direito de greve feita por J. Q. no discurso de posse.

J. Q. nomeia uma comissão de inquérito para «materializar a Comissão de Imposto Sindical», e para apurar as negociações de Deodaciano, etc., mas coloca na presidência da referida Comissão um empregado da C. N. T. I. O Presidente determina aos Institutos, num de seus «bilhetinhos», que procedam ao reajustamento das aposentadorias e realizem os pagamentos atrasados, mas não fornece, aos Institutos, o dinheiro necessário ao cumprimento dessa ordem, e tudo fica na mesma. A pretexto de afastar os «pelegos», J. Q. pretende assenhorear-se do comando da CNTI, da CNIT e da CNTC. Com esse objetivo, tendo para substituir alguns dos atuais dirigentes dessas organizações, já desmoralizados diante dos trabalhadores, por quadros mais ligados ao atual Governo e mais prestigiosos no movimento de massas.

Tendo em vista dominar o movimento sindical e subordiná-lo à sua política, J. Q. não vacila em atentar contra os direitos dos trabalhadores. Assim, além de intervir nos Institutos de Previdência Social, nomeando comissões de inquérito e delegados, pretendendo impedir a presidência dos Conselhos Administrativos e dos Conselhos Fiscais, numa flagrante violação da Lei Orgânica, promete elaborar uma «complementação» a essa Lei, na qual, é claro, visa «legalizar» o arbítrio governamental na administração dos Institutos. Por sua vez, o Ministro do Trabalho está elaborando uma lei que proíbe a reeleição dos atuais dirigentes sindicais, sob o «simpático» pretexto de impedir a reeleição dos «pelegos».

Como se vê, J. Q. envereda pelo caminho de uma política reveladora do caráter demagógico de suas promessas eleitorais e que contraz os anseios e a esperança de milhões de homens e mulheres do povo que, deixando-se seduzir pelo canto da sereia janista, não votaram. Começa o desencanto. Os eleitores de J. Q. não votaram contra a carestia da vida. Agora vêem que, somente nos últimos 20 dias, o gás subiu cerca de 100%; o pão passou de 40 para 56 cruzeiros o quilo; a farinha de trigo passou de 22,50 para 38,40; o macarrão, de 48 para 60 cruzeiros o quilo; o sabão em pó, de 120 para 145 cruzeiros a caixa; o sal de 22 para 25 cruzeiros o quilo; a manteiga, de 330 para 360 cruzeiros o quilo; o queijo, de 200 para 240; a vagem, de 50 para 60 cruzeiros o quilo; chuchu de 10 para 16; lima, de 40 para 60 cruzeiros a dúzia; couve-flor, de 50 para 70 cruzeiros o pé; milho, de 2,50 para 4 cruzeiros a espiga, etc., etc.

Os eleitores de J. Q. pensaram votar contra os trusts internacionais, pelo desenvolvimento econômico, político e social do país, livre das peias imperialistas. Agora vêem que com a Instrução 204, J. Q. pretende frear o desenvolvimento da Nação e colocar a economia do país à mercê dos imperialistas norte-americanos. Ao votarem em Jânio, milhões de pessoas pensaram votar pela ampliação dos direitos democráticos e sindicais. Agora, sentem seus direitos ameaçados. Pensaram votar contra o desemprego e, no entanto, este aumenta. E é por isso que começa o desencanto em relação a J. Q.

Nestas condições, cabe aos comunistas tudo fazer para, junto às massas, derrotar a política materializada na Instrução 204. Os comunistas mais do que nunca estarão junto ao povo e aos trabalhadores para lutar pelo programa estabelecido na reunião Intersindical de São Paulo e para pleitear desde já o reajustamento geral dos salários, a revisão do salário mínimo, em caráter excepcional, a limitação da remessa dos lucros das empresas estrangeiras, o congelamento dos preços dos produtos essenciais à alimentação do povo. Junto com as massas, os comunistas deverão levantar a luta pela encampação dos frigoríficos estrangeiros e das empresas estrangeiras produtoras de energia elétrica, pela aprovação da lei que regulamentar o direito de greve, em defesa das liberdades democráticas, etc.

Os comunistas compreendem que a luta das massas derrotará a política do atual Governo. Tudo faz para intensificar a luta para tomar realidade as promessas de tratamento de relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e a União Soviética e a China Popular, bem como para colocar de fato nosso país numa posição de defesa das conquistas da Revolução Cubana.

Estado do Rio

# Balonetas da Políola Militar Garantem a Política de Fome do Presidente Jânio Quadros

Novamente a polícia do governador Celso Peçanha foi chamada a ocupar a Fábrica Nacional de Alcalis. Dessa vez, com o objetivo exclusivo de garantir, a ponto de baloneta, a execução da política de desemprego e de

enfamecimento da classe operária e do povo que o sr. Jânio Quadros vem pedindo em prática. Política que já levou, só no Estado do Rio, mais de três mil trabalhadores ao desemprego, e ameaça levar muito mais.

## Demissões na Alcalis

Enquadrada no regime de redução de despesas determinado pelo presidente da República, a diretoria da Fábrica Nacional de Alcalis planeja a demissão de 800 operários. O primeiro grupo, composto de 180 trabalhadores, entre os quais vários líderes sindicais, foi dispensado na tarde de dia 30 último. Antes, porém, a diretoria da empresa, juntamente com o delegado regional do Trabalho, sr. Sebastião Sebiano, providenciaram o envio de vários contingentes da Polícia Militar do Estado para Cabo Frio, armados de metralhadoras, fuzis, lança-bombas de gás lacrimogêneo e outros apetrechos de guerra, numa tentativa desesperada para sufocar o movimento de protesto dos trabalhadores.

## Campo experimental.

Cabo Frio, a pacata cidade do litoral fluminense, parece que foi escolhida para campo experimental da política de repressão ao movimento reivindicatório, que o presidente Jânio Quadros pretende pôr em prática em todo o país, para assegurar a aplicação da sua política econômica, ditada pelos interesses da capital norte-americana, através do Fundo Monetário Internacional.

Na manhã do dia 9 de março, a Polícia Civil e Militar do Estado do Rio se deslocava para Cabo Frio a fim de reprimir o movimento grevista dos trabalhadores de Alcalis por melhores condições de trabalho e de solidariedade e dois líderes sindicais injustamente demitidos. Vinte e um dias depois, voltava a Polícia Militar, com todos os seus instrumentos de massacre, a ocupar a cidade para impedir que o Sindicato dos Trabalhadores discutisse e adreasse, livremente, as necessárias medidas em defesa dos operários demitidos, e dos que ainda não foram.

## Reação dos trabalhadores

Apesar da extensiva movimentação das forças policiais na cidade, os trabalhadores da Fábrica Nacional de Alcalis promoveram a sua assembléia, e só não se declararam em greve contra a demissão dos seus companheiros porque o delegado regional do Trabalho assumiu, diante dos operários o compromisso, em nome do governo, de reexaminar o problema das demissões, até o dia 10 do corrente. Uma nova assembléia foi marcada para aquele dia, quando deverá ser conhecida a decisão das autoridades governamentais, e também a dos operários, caso o governo não os atenda.

## Solidariedade

Além da projetada demissão de

800 operários da fábrica Nacional de Alcalis, já foram demitidos cerca de dois mil funcionários estaduais, enquanto que mais de 800 operários navais da Companhia Nacional de Navegação Costeira, do Lóide Brasileiro e de inúmeros estabelecimentos particulares continuam ameaçados de desemprego.

No lóide e na Costeira, graças à imediata reação dos trabalhadores, que promoveram, inclusive, uma grande manifestação nas escadarias do Ministério do Trabalho, precedida de uma passeata, as demissões foram suspensas, até segunda ordem. Nos estabelecimentos das Frotas, entretanto, mais de 200 trabalhadores já foram lançados ao desemprego. Enquanto isso, os sindicatos representativos de diversas categorias profissionais começam a se movimentar, promovendo ações de protesto contra a política de enfamecimento do povo, de desemprego e de repressão aos movimentos reivindicatórios.

## Proteste do Conselho Sindical

Refletindo a situação de revolta das massas trabalhadoras e do povo fluminenses, o Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado do Rio enviou telegrama às autoridades governamentais, inclusive ao presidente Jânio Quadros. Eis a íntegra do referido telegrama: «A Comissão Executiva do Conselho Sindical do Estado do Rio, levando a conhecimento de V. Excia. o descontentamento reinante entre trabalhadores e funcionários públicos deste Estado, face ao desemprego causado pelas demissões em massa; ao mesmo tempo pela concentração de força policial civil e militar em Cabo Frio, tendo como único motivo os protestos dos trabalhadores da Fábrica Nacional de Alcalis contra a demissão de inúmeros dos seus companheiros; ainda segundo denúncia da Câmara Federal, pela tentativa existente de transformar empresas autárquicas e estatais em sociedades de capitais privados, espera de V. Exa. o reexame da situação, a fim de não aumentar as dificuldades existentes para os trabalhadores e o povo em geral.»

## Contra a Instrução 204

O Conselho Sindical dos Trabalhadores dos Municípios de Niterói e São Gonçalo, por outro lado, reunido no último sábado, debateu amplamente as conseqüências da aplicação da Instrução 204 da SUMOC, e decidiu formular o seu mais veemente protesto contra a política econômica do governo, cujos efeitos negativos vêm caindo de maneira desastrosa sobre os ombros das massas trabalhadoras.

## LAVRADORES FLUMINENSES EXIGEM EXECUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

O Conselho Deliberativo da Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio reuniu-se em Niterói, no último dia 4, com a presença de representantes dos lavradores de todo o Estado. Nessa reunião ficou decidida a realização da II Conferência Estadual dos Lavradores Fluminenses bem como a intensificação da luta pela aplicação do Plano Piloto de Reforma Agrária, aprovado durante o governo de Roberto da Silveira. Resolveram ainda os lavradores fluminenses participar do II Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que se realizará em Belo Horizonte.

## Organização dos lavradores

A Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio foi criada em agosto de 1959, quando se realizou a I Conferência Estadual dos Lavradores. Na época, existiam no Estado apenas 18 associações dos homens do campo, organizadas em 16 municípios e congregando nada mais de 9.008 associados.

A ofensiva dos grileiros e latifundiários contra diversos núcleos agrícolas determinou, entretanto, o reforçamento da organização dos lavradores. O movimento se intensificou com a aprovação do Plano Piloto de Reforma Agrária, uma vez que os camponeses passaram a lutar pela ocupação das terras devolutas, e pela desapropriação das áreas onde vinham trabalhando.

Atualmente, já existem 26 associações de lavradores, localizadas em 20 municípios, contando com cerca de 15 mil associados.

Embora o Plano Piloto de Reforma Agrária tenha muito a desejar, os la-

vadores fluminenses resolveram lutar pela sua aplicação, levando o governo do Estado a corrigir as suas falhas e a promover uma política agrícola que corresponda aos interesses da economia do Estado e às necessidades dos trabalhadores do campo.

O sr. Aldio Corrêa Leite, assessor do Plano durante o governo Roberto Silveira, adotou sistematicamente a sua aplicação, não tendo realizado mais de 10% do que estava previsto. Com a morte do governador Roberto Silveira, os líderes dos lavradores fluminenses dirigiram-se ao atual titular do Inqé, sr. Celso Peçanha, apelando para que nomeasse um novo assessor do Plano, e prosseguisse na sua aplicação. O sr. Celso Peçanha nomeou, então, o economista Demar Campos. Os lavradores solicitaram, por outro lado, que o advogado da sua Federação, sr. Oney Fonseca, fosse nomeado assessor do economista Demar Campos. Ao que tudo indica, a pretensão dos trabalhadores agrícolas do Estado do Rio será atendida.

## Luta contra grileiros

Enquanto isso, prossegue em todo o Estado a luta dos lavradores contra a ação dos grileiros, e pelo reinício imediato da aplicação do Plano Piloto de Reforma Agrária.

No Distrito de Imbariá, situado no município de Duque de Caxias, cerca de 300 famílias continuam ameaçadas de despejo. Intitulando-se donos das terras que os lavradores ocupam há vários anos, e cuja posse estava publicamente assegurada pelo Plano Piloto do governo Roberto Silveira, os grileiros já deram início à devastação das lavouras dos lavradores, queimando suas casas e destruindo suas plantações. Também os lavradores da fazenda Piratema, situada no 3º Distrito de Duque de Caxias, encontram-se ameaçados pelos grileiros, e já se dirigiram ao governador C. Peçanha, fazendo-lhe um apelo para que reinicie, imediatamente, a aplicação do Plano Piloto de Reforma Agrária.

Despertando para a luta pela posse da terra e pela conquista de assistência médica, hospitalar, escolar e econômica em todo o Estado, os lavradores fluminenses vão se preparando para participar da sua II Conferência Estadual, que se realizará em Niterói, ainda neste semestre.

## NR no R. G. do Sul

## Farmácias do IAPETC: remédio a preço de custo

A Federação Nacional dos Estivadores, tendo em vista uma justa reivindicação formulada pelos sindicatos porto-alegrenses de trabalhadores vinculados ao IAPETC, enviou ofício onde ministro do Trabalho solicitando a estipulação de uma verba destinada a atender às despesas para a conclusão da obra de reforma do edifício onde será instalada a Farmácia da Delegacia Regional do IAPETC na capital gaúcha, assim como a criação de uma verba especial destinada à instalação de farmácias em todos os delegacias regionais com o objetivo de prestar assistência farmacêutica aos seus associados e dependentes.

Em março de 1960, o sr. Alfeu Alves de Oliveira, químico-farmacêutico do IAPETC em Porto Alegre, contando com o apoio do sr. Antônio Alves de Oliveira, delegado regional no R. Grande do Sul, elaborou e iniciou a execução de um plano destinado a dotar o órgão naquele Estado sulino de uma farmácia para atender às necessidades de medicamentos dos segurados, fornecendo-os a preço de custo. Nesse sentido, iniciaram, em agosto do mesmo ano, a reforma do prédio onde se localizavam os consultórios médicos da Delegacia na capital gaúcha. Entretanto, apesar dos esforços dos responsáveis e em virtude da falta de colaboração da diretoria central do IAPETC, a reforma ainda não foi concluída. A situação criada, além de não permitir a instalação de um serviço de grande utilidade para os 80 mil segurados gaúchos, descentralizou o serviço de assistência médica. No local, antes de iniciada a reforma, se situavam os consultórios dos 6 médicos que atendiam aos beneficiários do IAPETC.

A iniciativa gaúcha, não levada a termo ainda em conseqüência das dificuldades até agora apositas pelo IAPETC para destinar a verba reclamada para a instalação da farmácia, permitirá ao Instituto completar perfeitamente a assistência que vem prestando aos seus segurados no Rio Grande do Sul, que já contam com os recursos do moderno Hospital Getúlio Vargas e os serviços profissionais de 78 facultativos. A farmácia pretendida, além de complementar magnificamente os serviços assistenciais do órgão de previdência, atenderá a uma justa reclamação dos trabalhadores vinculados ao IAPETC, que desejam simplesmente que o Instituto lhes possibilite a aquisição de medicamentos a preços mais acessíveis.



## Professores Fluminenses (em Greve) Venceu a Resistência Dos Colégios

Os 800 professores do ensino primário e secundário dos colégios particulares dos municípios fluminenses de Niterói e São Gonçalo entraram em greve na manhã do dia 25 de março último, exigindo o aumento salarial de 49%. O movimento grevista estendeu-se a todos os estabelecimentos de ensino dos dois municípios, com exceção dos colégios Brasil e Plínio Leite, onde a greve foi parcial. Contando com o

apoio efetivo do Conselho Sindical dos Trabalhadores de Niterói, cujos membros colaboraram, inclusive, na formação dos piquetes, os professores fluminenses conseguiram vencer a resistência dos donos de colégios e, após 10 dias de greve, 5 estabelecimentos de ensino, entre os quais o Colégio Batista, um dos mais importantes de Niterói, já havia concordado com o aumento de 40%. O Delegado Regional do Trabalho ins-

taurou o dissídio coletivo, cuja primeira audiência foi realizada ontem. Enquanto isso, continua em sessão permanente o Conselho Sindical de Niterói, solidário com os professores em greve. Os mestres cariocas continuam, por outro lado, lutando pelo aumento de 35%, a partir do dia primeira de março do corrente. Na foto, um aspecto da sessão permanente do Conselho Sindical de Niterói.

# PRESTES:

# A Reforma Cambial de Jânio Beneficia os Trustes e Sacrifica o Povo

«A reforma cambial agora encetada pelo governo é uma medida reacionária, inspirada pelos interesses dos monopólios internacionais que dominam o FMI, e voltada contra os interesses nacionais — particularmente contra o povo.» Com estas palavras, Prestes respondeu à primeira pergunta da reportagem de NOVOS RUMOS, que o fora ouvir sobre as consequências políticas e econômicas das medidas cambiais tomadas pelo governo.

«Quero chamar a atenção — continuou Prestes — para a nossa Declaração de 10 de março último. Neste documento, divulgado antes da reforma (nº 107 de NOVOS RUMOS), os comunistas analisaram a essência reacionária e entreguista do atual governo, e indicaram a reforma cambial, nos moldes do FMI, como uma das medidas básicas em que se assentaria a política pró-imperialista e reacionária do governo. Não há, portanto, razão para os que se mostram surpresos ou desorientados com essa medida. Ela corresponde integralmente aos interesses das forças que caracterizavam a candidatura do sr. Jânio Quadros — o imperialismo e o latifúndio; corresponde aos compromissos assumidos pelo sr. Jânio Quadros com estas forças, e isto foi consistentemente denunciado pelos comunistas, durante a campanha eleitoral».

## A Instrução 204

«Basta analisar os efeitos imediatos da Instrução 204 da SUMOC, para compreender esse caráter da reforma — diz Prestes. A instrução, que o governo apresenta como primeira e mais importante etapa da reforma cambial, representa um ataque frontal à base do setor nacional da economia — as pequenas e médias empresas e as empresas estatais —, beneficia diretamente o capital estrangeiro, e joga nas cos-

## Exames de língua russa

Encorajadas as aberturas na sede do Instituto de Intercâmbio Cultural Brasil-URSS (Rua México, 119, sala 1506), das 14 às 20 horas, as inscrições para os exames de diplomação de alunos ou pessoas interessadas que concluíram o estudo do «Manual Breve da Língua Russa», de Nina Potápova. Os exames estão marcados para o dia 29 de abril. O candidato receberá diploma do Curso Básico de Língua Russa, se aprovado.

## Nota Econômica

# MISSÃO DANTAS FOMENTA COMÉRCIO COM A HUNGRIA

A partida da missão chefiada pelo sr. João Dantas, investido das funções de embaixador extraordinário e plenipotenciário, para seis países socialistas da Europa é um fato auspicioso e que merece o apoio de todos os brasileiros. Inicialmente, visitará a missão a Albânia, Bulgária, Romênia e Hungria, países com os quais acabamos de estabelecer ou restabelecer relações diplomáticas e, depois, anunciará-se que estenderá a viagem também à Tchecoslováquia e à Polónia. Além de constituir um primeiro passo para o estabelecimento de relações amistosas entre o Brasil e aqueles quatro primeiros países — com a Tchecoslováquia e a Polónia nunca as interrompemos — leva também a missão Dantas o propósito de animar as relações comerciais entre o Brasil e os mesmos países. Além de representantes oficiais, seguem na missão diversas personalidades ligadas a entidades da indústria, comércio e lavoura, o que certamente facilitará a consecução do objetivo econômico.

A importância das relações econômicas do Brasil com a Albânia, Bulgária, Romênia e Hungria não reside apenas no volume dos negócios que possam vir a ser feitos, se bem que existem possibilidades reais de que eles atinjam o nível apreciável de várias dezenas de milhões de dólares. A maior importância dessa alargamento da área de intercâmbio mercantil do Brasil consiste em que se trata de um avanço, ainda que em começo, no sentido de libertar o nosso país do círculo de ferro dos monopólios que impedem no comércio exterior brasileiro, principalmente norte-americanos. Essa simples possibilidade do Brasil de optar por este ou aquele comprador ou vendedor dos nossos produtos de exportação e importação tem uma importância difícil de ser avaliada. No mundo de nossos dias a quebra dos monopólios de compra ou de venda vem sendo uma das vias de rutura da política colonial do imperialismo.

Dos países a serem visitados inicialmente pela missão Dantas, é a Hungria, certamente, o mais importante. Em 1959, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Hungria atingiu, nos dois sentidos, a soma de 16 milhões de dólares, tendo sido efetuado mediante um convênio bancário, ainda hoje em vigor. A ausência de representações diplomáticas normais em Budapeste e no Rio de Janeiro representava um obstáculo a que esse intercâmbio se ampliasse. Posteriormente, um ato de provocação diplomática, engendrado ou aproveitado por setores reacionários internos, principalmente o Conclap, fez com que o comércio brasileiro-húngaro sofresse um declínio, em 1960. As estatísticas, no entanto, acusam a cifra de aproximadamente 5,7 milhões de dólares nos dois sentidos nas nossas trocas com a Hungria.

tas do povo um novo e brutal aumento do custo de vida.»

«De fato — explica Prestes — a duplicação do câmbio de custo e o novo processo de importação pela «categoria geral», paralelamente à desvalorização do cruzeiro, leva à duplicação das despesas com equipamentos e matérias-primas importados de todos os empreendimentos do Estado, seja das empresas de economia mista, como a FNM e a RFF, seja das empresas autárquicas ou de institutos como a SUDL, e os órgãos de desenvolvimento nacionais e estaduais. E torna-se extremamente impossível às pequenas e médias empresas importar equipamentos e matérias-primas, pois cada via de regra, não tem recursos para enfrentar, a um só tempo, o aumento do preço do dólar, o pagamento à vista das importações, e o empréstimo feito ao Banco do Brasil do equivalente ao valor importado; elas estão por isso mais pressionadas a associarem-se ou a se venderem ao capital estrangeiro, que não passa por nenhuma daquelas obrigações, graças à Instrução 113 da mesma SUMOC».

Prestes adverte, entretanto, que a análise da Instrução 204 não deve limitar-se aos seus aspectos isolados e imediatos. Ela precisa ser examinada em conjunto com as medidas que devem complementá-la, e com a política que a dita. O próprio ministro da Fazenda adianta que, já no segundo semestre, serão aumentadas as bonificações do café e do cacau, até que estas alcancem as cotações do «câmbio livre». E o mesmo sr. Mariani afirma existir uma «identidade» de vistas entre o governo e o FMI, embora procure desautorizar a nota oficial do Fundo, que revelou a existência de negociações prévias, entre as duas partes, para a reforma.

## O papel do FMI

«Ora — diz Prestes —, sabe-se muito bem o que é e o que pretende o Fundo Monetário Internacional. Esta é uma instituição controlada diretamente pelo imperialismo norte-americano, que ali tem a maioria dos cargos diretores e dos votos. Sua função é derrubar as resistências levantadas contra os investimentos imperialistas e o domínio dos monopólios norte-americanos no comércio exterior dos países ditos subdesenvolvidos. Sua receita é pública, e está sendo aplicada, com resultados conhecidos, em países próximos de nós, como a Argentina e o Chile. Trata-se sempre de desvalorizar a moeda, diminuir até suprimir os controles estatais sobre o comércio e as operações financeiras com o exterior, criar dificuldades para as empresas estatais até

liquidá-las, restringir o crédito industrial, congelar os salários, demitir funcionários em massa e completar o todo com apelos ajoelhados ao capital imperialista. Em outras palavras, trata-se de debilitar ao máximo a economia do país, para torná-la mais dependente do imperialismo».

Já é bastante evidente que o governo pretende aplicar aqui essa política imperialista, diz Prestes, apontando os indícios: além do reconhecimento oficial da «identidade» em relação ao FMI, a desvalorização da moeda já ocorreu, com a Instrução 204, e tende a acentuar-se muito mais; da mesma forma estão em marcha o encarecimento e a retração do crédito bancário, a «liberalização» do câmbio e o processo de asfixia das empresas estatais; a campanha de desmoralização e perseguição aos funcionários vai em crescendo; quanto ao congelamento dos salários, o sr. Jânio Quadros, em sua mensagem ao Congresso, repetiu com mais precisão o que já havia indicado em seu discurso de posse: está disposto a usar a polícia contra a luta dos trabalhadores por aumento de salários.

«Entre a pretensão do governo de aplicar essa política e a realização prática dessa política, entretanto, há uma grande distância — diz Prestes, no Brasil, particularmente, a aplicação da receita capitulacionista do FMI encontrará grandes resistências, tanto econômicas como políticas. O governo não poderá passar de 90 para 270 ou mais cruzeiros por dólar o câmbio que paga ao exportador do café, sem acelerar de maneira inaudita a inflação, pois está comprometido a comprar este ano uma safra recorde de 45 milhões de sacas desse produto. O mesmo governo, que tem vultuosos e urgentes compromissos a saldar no exterior, é prejudicado pela entrega da receita de divisas do país ao controle dos monopólios internacionais, através da chamada «liberalização» do câmbio. A esses e outros focos de resistência de ordem econômica, junta-se a luta dos trabalhadores contra a carestia, e dos próprios patrões industriais prejudicados pela política oficial, para impedir, adiar ou distorcer a aplicação dessa política, e para trans-

## Câmara de Garanhuns vota pesar pela morte de Péricles de Azevedo

Em reunião do dia 7 de março, a Câmara Municipal de Garanhuns aprovou proposição do vereador Amaro Rodrigues para que constasse da ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do general Péricles de Azevedo, ocorrido a 27 de fevereiro.

## Nota Econômica

Em 1959, por exemplo, o valor do intercâmbio comercial brasileiro com uma série de países, como Portugal, Grécia, Irlanda, Iugoslávia, Austrália, etc. foi menor do que o atingido com a Hungria. Se tomarmos como comparação países da América do Sul, veremos que em 1959 as trocas do Brasil com a Hungria superaram as trocas que realizamos com a Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai e Peru tomados em conjunto.

Entretanto, com a perspectiva da completa normalização das relações com a Hungria, o comércio entre os dois países pode ampliar-se muito mais. Efetivamente, de nossa parte a escassez de moedas conversíveis força o país a buscar negócios em áreas mais favoráveis. Da parte da Hungria, o segundo plano quinquenal em desenvolvimento aumenta consideravelmente a importância do seu comércio exterior.

A Hungria é, hoje, um país industrial que produz cerca de dois milhões de toneladas de aço por ano (quase tanto quanto o Brasil), o que representa muito para uma população que é de aproximadamente um sexto ou um sétimo da nossa. Possui uma indústria desenvolvida, que produz não apenas bens de consumo duráveis, como equipamentos pesados: motores, equipamentos completos para fábricas, navios, gruas, máquinas-ferramentas, etc.

Ao mesmo tempo, é a Hungria um país pobre de matérias-primas, o que provoca a necessidade de importações desse gênero. Prevê o plano quinquenal que as importações, em 1965, serão de 25 a 30% maiores do que em 1960. As matérias-primas de que a Hungria necessita podem ser supridas em grande medida pelo Brasil. Trata-se de minério de ferro, madeira, matéria-prima para a indústria química, matérias-primas fundamentais para a indústria têxtil, couros, etc. Do ponto-de-vista do consumo imediato, poderá igualmente a Hungria absorver boas quantidades de café brasileiro, sabida que é a tradição magiar de consumo desse produto. Prova da atenção do governo húngaro pela demanda de produtos que aumentem o bem-estar do povo é também a previsão da importação de quarenta mil automóveis entre 1960 e 1965. Prevê, ainda, o plano quinquenal húngaro que a participação dos países não-socialistas no total de suas importações subirá a 25 por cento.

É nessa realidade que residem as reais e grandes possibilidades para a ampliação do comércio do Brasil com a Hungria. Resta, somente, que haja desejo de negociar e, sobretudo, a garantia de que tais vínculos terão continuidade nas relações econômicas entre os dois países.

formar a luta contra essa política em algo muito mais sério do que ocorre, por exemplo, na Argentina, se o governo enriquecer em seus propósitos atuais.»

## «Verdade cambial» e Petrobrás

O repórter pede a Prestes uma apreciação dos motivos alegados pelo governo para a reforma cambial: o combate à inflação e a instauração da «verdade cambial». «De fato — diz Prestes — os homens do governo têm avançado muitos pretextos para sua política; alegam que visam acabar com os privilégios dos «aproveitadores do câmbio de custo»; e chegam mesmo a afirmar que estão preocupados com a Petrobrás e com o desenvolvimento da indústria de base. Essa demagogia, entretanto, não poderia ludir muita gente. O povo verá o contrário da luta contra a inflação, numa política que se manifesta exatamente por um brutal aumento dos preços, com a esperança de estabilizá-los em seu nível mais alto possível, no nível da fome e do desemprego para os trabalhadores. O povo não pode crer na tese de que o aumento do câmbio de custo visa a acabar com «aproveitadores», se é ele quem paga esse aumento, através da elevação do custo de vida, e não os supostos aproveitadores».

No caso da Petrobrás, bem como de algumas empresas que fabricam equipamentos e outros setores isolados da economia, entretanto, é fácil reconhecer que certos benefícios ocasionais resultarão da Instrução 201. Prestes adverte o repórter disso, mas salienta:

«Isso de forma alguma justifica, no entanto, as hesitações que se notam entre certos setores nacionalistas, sobre os «aspectos positivos» da reforma. Nunca uma ação deixa de ter aspectos positivos. Mesmo num fato tão essencialmente negativo como a morte de um indivíduo, por exemplo, pode-se alegar como aspecto positivo o adubo para a terra. Mas, se se adota o exterminio como política, mesmo esse aspecto positivo perde sentido: não haverá quem possa usufruir do adubo. No caso em foco, aplica-se

um raciocínio semelhante: que valor tem um benefício ocasional para a Petrobrás, se o sentido geral da política oficial é o da liquidação da indústria nacional e, particularmente, das empresas estatais?»

## Reação popular

O repórter refere-se às medidas de «combate à especulação» anunciadas pelo governo, e Prestes responde: «Parece, efetivamente, que o governo está preocupado com a reação popular contra a reforma. Desde cedo os comunistas apontaram uma contradição gritante que iria se manifestar neste governo: entre a política reacionária que é levado a aplicar, pelos grupos que o financiam, e as promessas que fez em sentido contrário ao povo, e que asseguraram a sua eleição. Em seu discurso de posse, o sr. Jânio Quadros mostrou que estava consciente dessa contradição. Mas aparentemente se surpreendeu com a rapidez com que ela veio à tona».

Com efeito, o «crédito de confiança» que o governo pretendia ter dos trabalhadores revelou-se muito depressa um mito — diz Prestes; a classe operária, ignorando os apelos do ministro do Trabalho para que «confie no patriotismo» dos patrões e comerciantes, mobiliza-se em todo o país para a atualização dos salários; também os industriais e homens de negócio, principalmente em Minas e no Nordeste, se reúnem e manifestam o seu descontentamento. Prestes concluiu:

«Das medidas «contra a especulação» anunciadas pelo governo. Não sabemos ainda quais serão essas medidas. Os próprios órgãos governistas, entretanto, as apresentam como uma «campanha de propaganda», ou seja, de mistificação do povo. Só se toma medidas concretas contra a especulação e contra os lucros abusivos, num regime onde impera o segredo comercial, através do reforço do controle do Estado sobre os preços e sobre as operações das empresas. Isso, entretanto, é o contrário da política de «liberalização» crescente da economia, defendida e proclamada pelo governo. Se o sr. Jânio Quadros realmente pretendesse dar comba-

te aos tubarões e aos trustes, ele não faria uma política de dar «liberdade de iniciativa» para os tubarões e os trustes, pois uma coisa anula a outra.»

## Jornada de trabalho

O repórter indaga de Prestes sua opinião sobre o projeto do deputado Sérgio Magalhães — redução da jornada de trabalho para seis horas —, como medida para neutralizar os efeitos da reforma cambial.

«Conhecendo a atuação patriótica do deputado Sérgio Magalhães, estou certo de que seu projeto obedeceu a propósitos dignos e louváveis. O projeto, entretanto, contraria a meu ver esses propósitos. No atual estágio de desenvolvimento do país, a jornada de seis horas é um objetivo irrealista. Sabemos que mesmo a jornada legal atual de oito horas não é obedecida; grande número de trabalhadores lutam dez ou mais horas diárias, para conseguir acompanhar o custo de vida. E se não há garantia contra a redução do salário, de nada adianta reduzir a jornada legal. Por outro lado, fixar um objetivo irrealista para a classe operária, principalmente neste momento em que todos os trabalhadores devem estar mobilizados para a luta pelo aumento de salários e contra a política reacionária do governo, é contribuir para dispersar as forças da classe operária, para desviá-las de seu objetivo central».

«O que deve concentrar a atenção dos trabalhadores, neste momento — conclui Prestes — é a defesa intransigente de seu nível de vida e de seu direito ao trabalho; é a luta de todos os patriotas e democratas pela defesa das empresas estatais ameaçadas, pela garantia das liberdades constitucionais, pela derrogação da política entreguista e reacionária do governo e a adoção de uma política de efetivo combate à inflação e salvação do país, através de medidas contra a especulação imperialista de nossa economia, do encaminhamento da reforma agrária, e do desenvolvimento independente da economia nacional».



PRESTES E O NOSSO REDATOR

# Fora de Rumo

Paulo Motta Lima

Alguém, num recôndito buraco do Brasil, ainda teria dúvidas quanto à orientação entreguista da reforma cambial? Pois então essa desavisada criatura fique sabendo: o sr. Lucas Lopes está com a reforma e pelas colunas do «Correio da Manhã» abandona seu pernosticismo de doutor em economia e prefere xingar os que denunciavam o sentido de submissão e entreguismo dessa reforma.

Nos arraisais do entreguismo não se costuma bater prego sem estopa. Então, por que foi mobilizado Lucas Lopes a fim de engrossar o cordão dos endeusadores do Fundo Monetário? Não seria mais prudente, para os homens do Fundo, que o sr. Lucas Lopes continuasse calado? É claro que sim, mas não devemos armar nossos raciocínios sob a premissa de que o inimigo não erra. O inimigo tam-

bém erra. Não somos somente nós que erramos e isso muitas vezes é o que nos vale.

Reparemos quem defende a reforma cambial: Clemente Mariani, Bernardes Filho e agora, como se esses não bastassem, o próprio sr. Lucas Lopes.

Que Lucas apareça depois de Mariani e Bernardes Filho é natural. Já referido de um acidente cardíaco, ao qual ele próprio alude na entrevista ao «Correio da Manhã», é compreensível a convocação desse reserva, quando o time denota fraqueza. O que há de novo na aparição desse combatente saído de uma tenda de exigência é que ele, desrespeitando prescrições médicas, surja nessa guerra com o emprego da artilharia pesada, investindo contra os «grupos osados de comunistas e aventureiros», através de um palavrório excitante.

Ora, peguemos a unha essa granada do sr. Lucas Lopes e devolvamo-la à sua própria trincheira, antes da explosão. Custos, temerários, nos dias que correm, não são mais os que se batem pela completa libertação dos povos. Osados e temerários, hoje em dia, passaram a ser os advo-gados do colonialismo que fingem não perceber que se aproxima a derrota final de sua causa.

Não constituirá uma tática errada, por parte dos diretores da campanha publicitária que se arma em defesa da Instrução 204, serem lançados à rua procissões de camelôs conhecidos, na exibição de cartazes de propaganda do fechamento de fábricas, do desemprego, da carestia e da transformação do Brasil numa senzala em que se gire em função do pagamento de dívidas externas, contraiadas por governantes a serviço dos tubarões estrangeiros?

Denúncia dos massacres salazaristas nas colônias

# PC Português Solidário Com a Luta Dos Povos Africanos

Denunciando a ação repressiva do colonialismo salazarista contra os povos das possessões portuguesas na África e na Ásia, reconhecendo o direito que esses povos têm de conquistar sua independência e autodeterminação, e

reconhecendo o direito que esses povos têm de conquistar sua independência e autodeterminação, e



Alvaro Cunhal

## 39 Anos de Lutas e Sacrícios

ALVARO SOARES VENTURA

Vantagem de lutar e vencer nunca faltou impaciência e imediatismo também não faltaram. Ocorreram muitos tropeços e trambolhões, mas nunca se parou para voltar. Sempre se esteve atento às manobras e negociações do imperialismo, fazendo-se malograr, em parte, sua avidez de domínio.

Na anterior geração, os camaradas fundadores do Partido souberam manter bem alta a luta contra a guerra, a partir de 1914. Muitos companheiros, vítimas das Mandovanas e Bragas, pereceram nas masmorras, na Clevelandia e outros campos para onde eram deportados. Mas, a luta não parou. Os trabalhadores mantinham-se atentos e mostravam a sua disposição de travar a batalha.

Com as greves desencadeadas em 1917, 19 e 21, demonstraram que a luta teria prosseguimento.

25 de março de 1922: um punhado de homens, entre os quais artesãos operários e intelectuais, fundaram o Partido Comunista do Brasil e, desde aquela data, os trabalhadores e o povo viram no seu Partido uma arma poderosa para novas e grandes lutas pela sua liberdade. 1922, 24 e 30, Brasileiros de origem pequeno-burguesa lutavam contra os oligarcas, heróicamente e com vontade de vencer. A vitória não foi obtida e para isso contribuíram as direções do PCB, com suas indecisões. Não conclamando os trabalhadores e o povo a participarem naquelas jornadas, provocou o arrefecimento da luta entre os trabalhadores e o povo. Argumentavam com os tra-

balhadores, afirmando que esses movimentos levavam a mudar os instrumentos, mas que os músicos eram da mesma banda. Não organizavam nada e nem capitalizavam as experiências para utilizá-las nas lutas futuras.

1932-1935 — Grande parte dos homens de responsabilidade em nossa Pátria vieram na ascensão de Mussolini e Hitler ao poder, um grande perigo para a Democracia e a Liberdade no Brasil. Aceitaram a Aliança Nacional Libertadora, com os comunistas participando e dirigindo a luta.

Naquela época ainda éramos um punhado de homens com uma imensidão de tarefas, as quais nos enleavam. Muito poucas foram realizadas: mas tivemos vontade de acertar. Lavamos alguns tombos nesse período. Feridas e suarentos, voltávamos à luta sorrindo, curando as feridas. Não podíamos esquecer os estivadores de Natal que, na prisão de Dois Rios, faziam a greve da fome e sucumbiam amaldiçoando seus algos; o Chumbinho, que não se amedrontava diante de Doute, Sardinha, Conipa e de todos os Sanhaços da colônia, morreu cantando a Internacional; o companheiro Vilen Fernando, que fez para a solitária por terem-no encontrado com um «marroco» que deixara de comer para dar ao Graciliano que, doente, não pudera ir ao rancho; o companheiro Freud, sargento da F.P. de Santa Catarina, que foi jogado ao mar diante da Ilha Rei Jorge, de bordo do navio Itaituba, porque se recusava a denunciar os oficiais aliancistas daquela corporação militar; o companheiro Fonseca, gravemente doente, que não se dobrava ante as ondas de boatos alarmantes.

Todos são uma pequena amostra da grande vontade de lutar e vencer que têm os comunistas.

Grande tarefa realizou o nosso glorioso Partido durante a Segunda Guerra Mundial. Realizou uma grande mobilização de massas que contribuiu poderosamente para levar o governo a romper com o nazi-fascismo e para enviar a nossa gloriosa Força Expedicionária a lutar nos campos de batalha da Europa.

A vitória contra o nazi-fascismo provocou a democratização e o retorno do Partido Comunista à legalidade. Durante esse período conquistamos grandes vitórias. Mas, os êxitos subiram-nos à cabeça. A ilegalidade em que fomos colocados depois, não impediu que a luta continuasse. Novas vitórias foram conseguidas e erros foram cometidos. O Partido cresceu em qualidade e quantidade. Os trabalhadores e o povo, ao curso desses 39 anos, foram se esclarecendo e politizando cada vez mais, e, hoje, os comunistas se apresentam cada vez mais decididos a cumprir suas tarefas e a prosseguir na luta que vem de quase duas gerações.

Comissão Política do Comitê Central do Partido Comunista Português deu a público o seguinte comunicado:

«A Comissão Política do Comitê Central do Partido Comunista Português, salientando a inevitabilidade histórica da abolição e curta prazo do regime colonial, declara que:

1) O P.C.P. reconhece aos povos das colônias portuguesas o direito de decidirem do seu destino, isto é, o direito à imediata e completa independência.

2) O P.C.P. apóia e empresta sua ajuda fraternal à luta corajosa que os povos das colônias portuguesas (aliadas do proletariado português) realizam por sua libertação, tanto pela que esta luta representa para os povos coloniais, como pela ajuda efetiva que ele significa para o povo português em sua luta contra os monopólios, o imperialismo e o governo fascista de Salazar, servil d'áste e de aquéles.

3) O P.C.P. condena a política colonial do governo de Salazar, que, em benefício exclusivo dos monopólios portugueses e estrangeiros, persiste na dominação e exploração brutais dos povos das colônias portuguesas. Não levando em consideração a realidade do Mundo em que vivemos, esta política está condenada a um fracasso completo e leva Portugal a sérios desastres políticos e diplomáticos, como o que acaba de se verificar na ONU, onde as intervenções dos delegados salazaristas constituem uma vergonha para Portugal.

4) O P.C.P. condena as ações policiais terroristas que o governo pratica nas colônias portuguesas, efetuando detenções, condenações e deportações de nacionalistas e matando a população indefesa, e reclama a cessação imediata de tais ações.

5) O P.C.P. alerta o povo português contra os perigos de uma guerra colonial que o governo de Salazar prepara febrilmente no interesse exclusivo dos grandes colonialistas, e faz um apelo ao povo português, em particular à juventude e às forças democráticas, para que lutem contra a mobilização dissimulada, pelo regresso das tropas que se encontram nas colônias e contra os preparativos de uma guerra colonial.

6) O P.C.P. salienta a urgência de uma rápida ratificação da política abstinente do governo fascista (reafirmação no último discurso de Salazar) que não se constitui um crime contra os povos coloniais como também representa e exploração e a oposição ainda mais violentas das classes trabalhadoras portuguesas, dificuldades econômicas crescentes para Portugal e a ameaça de sacrifício da juventude em uma guerra injusta.

7) O P.C.P. declara que apoiará qualquer iniciativa tendente a abrir o caminho à uma solução do problema das colônias portuguesas no sentido de livre determinação do seu destino pelos próprios povos coloniais, ressaltando a importância de medidas imediatas, tais como a anistia para todos os nacionalistas presos, a instituição das liberdades fundamentais nas colônias portuguesas, entre as quais a liberdade de ação dos partidos e movimentos nacionais.

8) O P.C.P. salienta a necessidade de vencer os preconceitos colonialistas e chauvinistas, que subsistem nos elementos liberais, preconceitos que limitam a unidade democrática quanto ao problema colonial, mas que, no entanto, não impedem a ação comum sobre uma base de pontos-de-vista comuns, tais como a necessidade de conjurar o perigo de guerra colonial e a necessidade de instaurar as liberdades democráticas nas colônias portuguesas.

9) O P.C.P. salienta que a derrubada do governo de Salazar e a instalação do Poder de um governo democrático é a condição fundamental para uma política em relação às colônias que tenha em vista os interesses do povo português (que coincidem com os interesses dos povos coloniais).

10) O P.C.P. proclama diante de todo o povo português que a verdadeira grandeza de Portugal só poderá existir sob a condição de que Portugal não oprima outros povos e se liberte a si próprio da dominação dos imperialistas estrangeiros, que possuem o melhor quinhão das riquezas de Portugal e exploram e oprimem nesse próprio povo.

A Comissão Política do Comitê Central do Partido Comunista Português.

## Teoria e Prática

## As Democracias Populares, Forma Nova da Ditadura do Proletariado

(Resposta ao leitor Tarciso Cunha, de Fernandópolis)

A primeira forma de ditadura do proletariado — a União Soviética — apresenta, desde o início, certos aspectos típicos: a estrutura apoiada nos sovietes de Deputados; um Estado multinacional que entrelaça, numa união voluntária, repúblicas irmãs e iguais em direitos; mantém, permanentemente, a frente de seus destinos, um mesmo e único partido: o Partido Comunista. Lenin explicava essas peculiaridades como consequências naturais da época, da correlação de forças, do grau de experiência das classes e dos partidos em presença. E previa a inevitabilidade de outras formas de ditadura do proletariado, a serem determinadas pelo caráter da época e pelas peculiaridades nacionais.

Um quarto de século mais tarde, a história confirmava essas previsões.

O primeiro Estado socialista transformara-se numa grandiosa potência econômica e militar. A luta de emancipação nacional e a guerra justa contra os Estados fascistas mudavam a correlação de forças no mundo. Alvorava uma época nova: e, com a vitória dos povos, guiados pela classe operária e ajudados pela União Soviética — despontava uma forma nova de ditadura do proletariado. As democracias populares são o produto dessas lutas, dessa época e dessa nova correlação de forças. Expressam o Poder do povo, o Poder de todos os trabalhadores, com a classe operária à frente. Os operários e os camponeses são sua base social — e elas surgem, inicialmente, como a ditadura do proletariado e do campesinato. Essa aliança marca os estágios da luta contra a ocupação militar estrangeira e a base da luta pelo Poder político, por sua consolidação e sua transformação ulterior. E com apelo nela que as forças nacionais, incluindo ainda boa parte da burguesia, esmagam e empurram os invasores — e realizam o primeiro grande deslocamento de classes, no Poder do Estado: a derrubada da grande burguesia industrial e financeira e dos grandes proprietários de terras; a passagem do Poder às mãos do povo, sob a direção da classe operária. Uma particularidade do novo Poder é que volta seu gume contra o imperialismo estrangeiro e contra as forças internas de reação e de atraso. Daí, o papel destacado das tarefas democráticas de ordem geral: a revolução agrária, o confisco dos grandes monopólios, amplas liberdades para o povo. Fica, assim, franqueada a primeira etapa, antifeudal e antiliberalista. A aliança operário-camponesa consolida-se. Paralelamente, avança o processo de unidade política da classe operária, à base da doutrina do marxismo-leninismo. E com essas novas forças que o proletariado passa a disputar definitivamente aos setores capitalistas restantes, a hegemonia na revolução. A burguesia dispõe ainda, em cada país, de posições econômicas e políticas. É impotente, porém, para enfrentar as forças populares em ascensão — a não ser com a ajuda externa dos imperialistas. A pressão dos monopólios estrangeiros faz-se no sentido do sabotagem do programa popular, nacional e agrário. Isso abala o crédito político da burguesia junto às massas do povo, ajuda a isolá-la e expulsa-la da arena política. Por outro lado, nas fronteiras de cada um desses países, montam guarda os exércitos soviéticos, os grandes vencedores da guerra contra o hitlerismo e o militarismo japonês: isso paralisa as forças da reação, estimula a energia revolucionária das massas populares, acelera o processo de transformação social. E assim que a ditadura do campesinato e do proletariado dá lugar à ditadura da classe operária, sob a direção dos partidos comunistas e operários.

Um processo semelhante desenvolve-se na Ásia: na grande China, no Vietnã e na Coreia do Norte. Lá também, a democracia popular resulta da derrota militar dos imperialistas, do debilitamento do sistema capitalista em seu conjunto e da luta libertadora das massas populares. Suas peculiaridades refletem, sobretudo, o estado anterior, colonial ou semicolonial, desses países.

As democracias populares abrangem duas formas de propriedade: socialista e privada. Compreendem as formas econômicas do socialismo, da pequena produção mercantil e do capitalismo. Daí, suas três classes: a classe operária, o campesinato, a burguesia e a camada social atuante da intelectualidade; daí, os diferentes partidos políticos e sua coalizão no Poder do Estado. Como já mostrava Lenin, na URSS, a existência de vários partidos, sempre que existe a hegemonia da classe operária e de seu partido marxista, não está em contradição nem com a teoria, nem com a prática da ditadura do proletariado.

O balanço de 15 anos está aí, à vista de todos. Com a ajuda inestimável e multiforme da grande União Soviética, a transformação socialista faz-se de modo mais rápido — e sem algumas das formas da luta de classes que o Poder soviético, isolado sob o cerco capitalista, foi obrigado a enfrentar. Assim 1960 e 1961 marcam o coroamento, no essencial, da construção do socialismo no conjunto do sistema.

Agora, é a marcha comum para o comunismo. Dera a sociedade sem classes

## APELO DA FDM A SOLIDARIEDADE COM O POVO PARAGUAIO

# Paraguai é um Campo de Concentração: Ditadura Assassina e Tortura Patriotas

«Os cadáveres de muitos dólares apresentam horríveis mutilações... No Rio Paraná apareceram 14 corpos de guerrilheiros, todos com horríveis mutilações e apresentando sinais de tortura até e morte...» — crimes dessa natureza estão sendo cometidos diariamente, no Paraguai, pelos assaetados do ditador Stroessner, contra os que lutam pela libertação do país. Contra eles se manifestou, vigorosamente, por diversas vezes, a Federação Democrática Internacional de Mulheres, através de numerosos manifestos, documentos apresentando denúncias e protestos dirigidos à ONU, outros organismos internacionais e ao próprio governo paraguaio.

A situação em que vivem os prisioneiros políticos e todos aqueles que lutam contra o regime de Stroessner, visando o reintegrar o Paraguai num regime de liberdade e democracia, é humilhante e terrífica. Denúncias de todas as naturezas têm sido enviadas diretamente do território paraguaio contra as perseguições e as torturas e que estão submetidos os patriotas, entre eles centenas de mulheres. Recentemente, 3 guerrilheiros foram prisionados e seu destino hoje é desconhecido. São eles: Julia Solalinda, Juana Peralta e Antonia Ferrucino.

3 Campos de concentração foram ins-

talados em diversas regiões do país. Dentre eles, está se tornando famoso o de ilha «Peña Hermosa», onde se encontram dezenas de presos políticos, submetidos às mais cruas torturas. Na zona do Chaco existe também um campo de concentração e de «linguiva», e na zona oriental, nas proximidades de Villarrica foram, recentemente, instalados mais dois: o de «Isla Morali» e o «Charará». Esses dois campos já se tornaram célebres, pois nêles foram assassinados dezenas e dezenas de patriotas.

O regime nos campos de concentração é o mais brutal: os prisioneiros trabalham de 12 a 16 horas por dia. Alimentam-se uma vez e a ração que lhes é ministrada constitui apenas uma rala sopa de caldo de milho. Vivem em cubículos de 3x3, em grupos de 7 pessoas. O chicote é o regime de punição mais suave: os prisioneiros dizem que comem apenas uma vez, mas, em compensação, apanham de chicote muitas vezes por dia. A situação em alguns campos é tão desesperadora que, os presos, mesmo sabendo o destino reservado àqueles que protestam, realizaram numerosas greves de fome.

O número de mulheres internadas nesses sucedâneos legítimos dos «estágios» que tornaram célebre Hitler e

Himmler, é grande, assim como o número de jovens e intelectuais. Professores, escritores e artistas que se manifestaram pela liberdade e pela democracia no Paraguai, sofrem hoje terríveis torturas nas prisões de Stroessner.

## Movimento de solidariedade

Os acontecimentos no Paraguai vêm provocando protestos das organizações e entidades internacionais democráticas.



## A China Como Ela é

Centenas de pessoas lotaram inteiramente o salão do Cine Avenida, em Volta Redonda (foto), por ocasião da manifestação promovida pela Comissão Municipal da Amizade Sino-Brasileira. Um filme sobre as comemorações do X Aniversário da República Popular da China foi exibido e o dr. Adão Pereira Neves, recém-chegado

daquele país, proferiu uma palestra sobre o que viu e observou na grande nação oriental. Durante o ato foi observado um minuto de silêncio pela morte do grande líder do povo congolês, Patrice Lumumba, assim como foi aprovada com uma grande salva de palmas uma moção pedindo o restabelecimento de relações entre o Brasil e o verdadeiro governo chinês.

## De Valparaíso também querem legalidade do P.C.B.

O Comitê Nacionalista de Reestruturação Política no Município da cidade de Valparaíso, São Paulo, aprovou após assinatura por 110 pessoas e dirigido à Câmara dos Deputados no qual declararam apoiar o projeto de lei do deputado Campos Vergal que propõe a extinção do art. 58 da Lei Eleitoral e reivindica a necessidade de completa legalidade para o Partido Comunista do Brasil.

Protestam também contra o decreto 9.070 e clamam pela aprovação e execução imediata de uma lei de reforma agrária, pelo financiamento agrícola aos trabalhadores rurais por intermédio da Carteira Agrícola do Banco do Brasil e construções de cooperativas no campo.

Dirigem ao sr. Jânio Quadros um apelo no sentido de que o Brasil mantenha relações com todos os países do mundo e de que não venha a recorrer ao FMI o que mais nos atrelaria ao imperialismo.

Notas Sobre Livros

A revolução não é só ação política, econômica, militar, diplomática... também ação cultural, e quando se fala em ação cultural isto significa também, e sobretudo, ação política.

É o que o poeta boliviano José Lara fez tão excelente poesia sobre a Revolução Chinesa... poesia lírica, cheia de ternura e de amor.

Na chinesinha da China Comunista, flor de graça, beleza e inteligência, condensa José Lara o seu amor de revolucionário indo-americano pelo povo admirável...

O poeta escreveu o seu livro no hospital Pequim, onde se recolhiera para tratar dos olhos enfermos. Ali, certa manhã, teve de a revolução comunista da chinesinha liberta, encarnação e símbolo da própria China Revolucionária.

Porque igual que a flor del loto que asoma erguida sobre a patena de suas folhas quando el invierno no acaba aun sus rigores de amainar, así en mi corazón entraste una mañana, rompiendo la amenaza de la noche sin aurora en que habían naufragado mis ojos.

Mas a chinesinha suave, flor de cultura milenar, perfume de mil lírios e a mesma chinesinha que empunhou armas contra os bandidos do Chiang Kai-shek; que morreu para vingar seus irmãos e seu pai caído na guerra...

Por esta chinesinha modulou seu canto comovido o poeta quechua Jesús Lara.

NEM VALSA NEM FUGA

As coisas andam tão ruins, tão ruins mesmo nestes Brasil... é impossível fugir da realidade e mesmo impossível seguir o conselho — que é uma forma de fuga — do poeta mandando que toquem uma valsa vienense.

Os burros estão sofrendo horrivelmente, conta um jornal. Os burros vivem num regime de tremenda crueldade na Limpeza Pública. Não sou mulher de morrer de amores pelos irracionais, mas pelo estado em que andam...

Sofrem e nós também que afinal não somos burros e a prova é que não vamos em Carlos Lacerda. Sofremos porque há lixo demais, água nenhuma, transportes difíceis e agora então uma confusão no trânsito que é de amargar.

Por favor, olhem para os burros, tenham pena dos burros, façam alguma coisa pelos burros, diz a notícia. E apela para a SUIPA ou seja a Sociedade Protetora dos Animais. O mesmo jornal traz crianças do SAM, fâmulas mulambentas, humilhadas, apanhando de chicote e palmatória...

Digam vocês: alguém pode fugir da realidade brasileira? Alguém pode tocar uma valsa vienense para dissipar este momento trágico de nossas vidas? Homens, e crianças, mulheres, e até os burros estão vivendo horas trágicas. Até quando?

Tópicos Típicos

- De uma conversa ouvida na rua: — E' triste a situação do filho único. — For quê? — Em toda família há sempre um idiota.

Garçon agressivo era aquele que, antes de servir o café, perguntava ao freguês: — Como quer: simples ou nas calças?

Soubemos que «Pedro Mico» — peça de Antônio Callado — está novamente em cartaz no Teatro do Bólo. E mais: que o preço da entrada, com a «verdade cambiada» do presidente Jânio Quadros, cresceu de Cr\$ 150,00 para Cr\$ 250,00. Virou «Pedro Gorila»...

Onze guardas suíços do Vaticano se demitiram, na semana passada, depois de uma campanha fracassada por aumento de salários. Os assessores do Papa explicaram: — Eram comunistas infiltrados.

História bíblica em versão moderna: — Como se chamavam os três filhos de Noé? — Sem, Cam e Ricardo Jaffet.

Provérbio de autoria do Barão de Itararé: «Pobre, quando come galinha, um dos dois está doente».

Diálogo na fila de um cinema que exibia a «Vida de Cristo»: — Você já viu este filme? — Já. — Que tal? — E' chato. O mocinho não é de nada; apanha pra cachorro e, no fim morre, pregado numa cruz.

«Deixar de fumar é a coisa mais fácil do mundo. Digo-o por experiência própria; já deixei de fumar pelo menos vinte vezes» (Samuel Langhorne Clemens, mais conhecido como Mark Twain).

No mais, os olhos dos povos de toda a América Latina estão postos em Cuba. Uma dúvida cruel agita os nossos espíritos: depois de experimentarem a opção econômica, tentará o poderoso imperialismo cubano invadir os Estados Unidos? Unidos de armas atômicas, desembarcará as tropas de Fidel Castro nas costas da Flórida? A filha do presidente John Kennedy estará tão segura quanto, por exemplo, o filho do Fidel Castro? Pedro Severino

SECRETARIO-GERAL DA UBES A NOVOS RUMOS

“Desmoralizada a Portaria de Jânio: Anuidades Continuam Subindo”



O secretário-geral da União Brasileira dos Estudantes Secundários (de pé, na foto) expôs em extenso relatório na assembleia geral da AMES, a situação do candidato problema do constante aumento das anuidades escolares.

Aumentos,

outra vez

EM SÃO PAULO E PELOTAS

ESTUDANTES VÃO À GREVE PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA

A luta pela Reforma Universitária toma feição nova em todo o país, transforma-se na principal bandeira de luta do universitário brasileiro. Mais dois importantes movimentos acabam de eclodir em S. Paulo e no Rio Grande do Sul.

A greve da politécnica em São Paulo

Os alunos da Politécnica de São Paulo, em greve, reivindicam:

- a) o imediato afastamento dos assistentes da cadeira de Estradas e Tráfego, professores Jorge Washington de Oliveira e Eng. Carlos Eduardo Picono; b) abertura imediata de concurso de Livro Docência na cadeira citada; c) constituição de uma comissão para processar o julgamento da incapacidade didática e incompetência científica do catedrático de Estradas e Tráfego, prof. Roberto Fernandes Moreira; e) contratação de novos assistentes para a Cadeira de Cálculo.

Essas reivindicações foram apresentadas diversas vezes à Congregação da Escola, que jamais tomou conhecimento das mesmas. Cansados de esperar, os estudantes decretaram a greve. A Congregação nega-se a atendê-los, e somente concordará em manter entendimentos com a volta dos alunos às aulas. Estes afirmam que só reassairão às aulas com suas exigências totalmente atendidas.

Agronomia de Pelotas

Os estudantes de Agronomia de Pelotas deflagraram em princípio de

abril um movimento grevista, e até lá não foram atendidas as reivindicações que os levaram a uma greve no início do ano passado. Naquela oportunidade a parede foi debelada com a promessa das autoridades de atenderem ao que os estudantes reclamavam. Passado um ano, os universitários constatam que nenhuma das medidas que reivindicaram foi providenciada. Lutam aqueles estudantes por:

- a) administração do Restaurante da Escola pelo D.A. e maior verba para a alimentação; b) assistência médica e hospitalar, uma vez que se trata de centro de estudos que, pela sua própria condição, é afastado da cidade; c) direito a voz e voto na Congregação e no C.T.A. da Escola; d) ampliação e melhoria da condução existente, ou construção de alojamentos próximos à Escola, pois a maioria mora a cerca de 60 quilômetros do local; e) aprovação imediata pelo Congresso Nacional da verba de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) oriunda de mensagem presidencial ainda do governo passado.

Sobre ambos os movimentos a UNE enviou ofício a todos os DD, AA, e U.U.E.E. do Brasil, dos quais solicita imediata solidariedade.

Qualquer correspondência sobre o assunto pode ser enviada para os seguintes endereços: GRÊMIO POLITÉCNICO: Rua Afonso Pena, 272, S. Paulo.

D.A. «DR. NUNES VIEIRA», Praça 7 de Julho, 52, Pelotas, Rio Grande do Sul.

«O próximo Conselho da UBES a ser realizado ainda este mês ordenará em todo o país a batalha secundarista contra o alto custo das anuidades escolares» declarou em entrevista a NOVOS RUMOS o secretário-geral daquela entidade. Prosseguindo afirmou que até o momento em que foi baixada a recente Portaria do presidente da República autorizando um aumento de 30% nas cidades de mais de 100.000 habitantes e de 20% nas de menor quociente populacional, o aumento das anuidades já atingia em alguns colégios cerca de 100%. Para explicar o fabuloso aumento o argumento era um só: a necessidade de aumentar o salário dos professores e fazer face às despesas com o corpo de funcionários da escola, conservação do material escolar, etc.

O que há na realidade.

«Mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo», continua o secretário-geral da UBES e esclarece: «Com dados obtidos no Ministério da Educação estamos fazendo um levantamento que demonstrarão o quanto são mentirosas as argumentações dos proprietários de escolas. Esse levantamento, que abarca 3 colégios por zona, oferece dados de estarrecer». E a título de ilustração dá-nos um exemplo frisante da ganância com que os donos de estabelecimentos escolares se lançam ao ataque aos bolsos dos alunos e seus pais. «Trazemos, aqui, apenas do Colégio Andrews, de propriedade do Sr. Flexa Ribeiro, secretário de Educação do governo «Incorruptível» do sr. Carlos Lacerda, que nos forneceu os dados seguintes: Em 1960 o colégio do secretário de Educação da Guanabara cobrava a «bagatela» de Cr\$ 24.000,00 anuais por aluno. Havendo uma média de 50 alunos em cada classe a renda bruta por classe foi de Cr\$ 1.200.000,00. Deduzidas as despesas essenciais inclusive um aumento de 35% para os professores o lucro líquido ainda seria de Cr\$ 700.000,00. Funcionando o colégio com 25 classes, seu lucro líquido total foi de Cr\$ 17.500.000,00. Imaginem agora a quanto subirão os lucros em 1961 para o Sr. Flexa Ribeiro já que as anuidades sofreram um aumento de 40%, sendo cobradas atualmente à base de Cr\$ 33.600,00 anuais».

«O próximo Conselho da UBES a ser realizado ainda este mês ordenará em todo o país a batalha secundarista contra o alto custo das anuidades escolares» declarou em entrevista a NOVOS RUMOS o secretário-geral daquela entidade. Prosseguindo afirmou que até o momento em que foi baixada a recente Portaria do presidente da República autorizando um aumento de 30% nas cidades de mais de 100.000 habitantes e de 20% nas de menor quociente populacional, o aumento das anuidades já atingia em alguns colégios cerca de 100%. Para explicar o fabuloso aumento o argumento era um só: a necessidade de aumentar o salário dos professores e fazer face às despesas com o corpo de funcionários da escola, conservação do material escolar, etc.

«Mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo», continua o secretário-geral da UBES e esclarece: «Com dados obtidos no Ministério da Educação estamos fazendo um levantamento que demonstrarão o quanto são mentirosas as argumentações dos proprietários de escolas. Esse levantamento, que abarca 3 colégios por zona, oferece dados de estarrecer». E a título de ilustração dá-nos um exemplo frisante da ganância com que os donos de estabelecimentos escolares se lançam ao ataque aos bolsos dos alunos e seus pais. «Trazemos, aqui, apenas do Colégio Andrews, de propriedade do Sr. Flexa Ribeiro, secretário de Educação do governo «Incorruptível» do sr. Carlos Lacerda, que nos forneceu os dados seguintes: Em 1960 o colégio do secretário de Educação da Guanabara cobrava a «bagatela» de Cr\$ 24.000,00 anuais por aluno. Havendo uma média de 50 alunos em cada classe a renda bruta por classe foi de Cr\$ 1.200.000,00. Deduzidas as despesas essenciais inclusive um aumento de 35% para os professores o lucro líquido ainda seria de Cr\$ 700.000,00. Funcionando o colégio com 25 classes, seu lucro líquido total foi de Cr\$ 17.500.000,00. Imaginem agora a quanto subirão os lucros em 1961 para o Sr. Flexa Ribeiro já que as anuidades sofreram um aumento de 40%, sendo cobradas atualmente à base de Cr\$ 33.600,00 anuais».

Desmoralizada a portaria de Jânio

Respondendo a nossa pergunta sobre como vem sendo aplicada a portaria recentemente assinada pelo sr. Jânio Quadros, explicou-nos Diniz Cabral: «A portaria de Jânio

A UNE será informante no Forum Mundial da Juventude

A UNE acaba de ser convidada pelo Secretariado Permanente do Forum Mundial da Juventude para ser a informante especial do tema: «A democratização do ensino, a reforma universitária e escolar, a atividade estudantil e a autonomia da universidade» a ser debatido durante aquela importante reunião juvenil internacional a ser realizada no mês de julho em Moscou.

A decisão foi tomada a 17 de março em reunião daquele Secretariado realizada para aprovar o projeto de Calendário e Temário para os oito dias de sessão do Forum,

está completamente desmoralizada e esclarece: «Os proprietários de colégios, descontentes com a portaria que regula o aumento, pressionam o presidente no sentido de relaxá-la, liberando o aumento. E vêm alcançando êxitos. Em São Paulo, mesmo depois da portaria, as anuidades continuam subindo entre 40-100%. Em Belo Horizonte e Guanabara o relaxamento está em processo. Nada mais resta portanto de concreto daquela medida presidencial.»

Com os estudantes a última palavra

«Somente os estudantes com suas lutas, e apoiados pelo povo, poderão deter a alta vertiginosa dos preços das anuidades escolares», afirma Diniz Cabral. Suas palavras são veementemente apoiadas pelo estudante José Cezar Filho, presidente da União Goiana de Estudantes Secundários, ora no Rio (e presente à nossa entrevista com o secretário-geral da UBES) que acrescenta: «Os estudantes de Goiás continuarão firmes no movimento que já iniciaram contra a alta das anuidades, que em nosso Estado oscila entre 45-70%. Para isso acabam de decretar e realizar uma «greve simbólica» de 6 dias, durante a qual lançaram um manifesto ao povo responsabilizando o Inspetor federal do Ensino Secundário naquele Estado como o principal cúmplice nas negociações do aumento das taxas escolares e protetor das escolas particulares.»

Na secretaria da UBES fomos informados de que continuam chegando de todos os Estados notícias das lutas que vão sendo desenvolvidas contra o alto custo das anuidades escolares. O movimento já se desenvolve intensamente nos Estados de Minas Gerais, Estado do Rio, S. Paulo, Ceará e Goiás.

A UNE protesta junto ao presidente da Nicarágua

A UNE enviou um ofício ao presidente da Nicarágua protestando contra a prisão do líder estudantil Jorge Navarro Martins delegado da UNE (Nicaraguense) ao VI Congresso da UNE, recentemente realizado em Bagdá. Este estudante ao regressar ao seu país foi preso sob a acusação de trazer consigo propaganda comunista e tentar promover «atividades exóticas». Contra ele foi iniciado um processo criminal no Juiz do 2.º Distrito de Crimes da Nicarágua.

Teatro Beatriz BANDEIRA

“CARLOTA” NA PRAÇA

Depois do êxito de «Um Elefante no Cão», que por muito tempo se conservou em cartaz, no Teatro da Praça, a companhia dirigida por Geraldo de Queiroz se apresenta agora, com a peça do autor espanhol Mihura, Trata-se de um melodrama político. Eis o tema: uma jovem senhora casa-se pela segunda vez. Com receio de que o marido, com o passar do tempo, venha a rejeitá-la à solidão, resolve anodidamente a noite de núpcias, com a finalidade de conservá-lo junto a si, pelo medo.

Assim é que lhe fez crer ter sido ela — que é farmacêutica — quem matou de maneira a não causar suspeitas, mediante pequenas e repetidas doses de veneno, tanto o primeiro marido, como seu velho padrasto. O marido que é inglês e como tal, não resiste aos encantos de um crime perfeito permanece a seu lado, entre mudros e fascinado. Há na casa um casal de velhos criados. Um dia o velho morre, depois de ter sido medicado pela farmacêutica, assim como o velhíssimo médico do lugar. Na história entram ainda um jovem empregado da farmácia namorado de uma amiguinha, muito histérica, da dona da casa, mais um sargento que dá guarda no quartelão, mais duas amigas que se sentem mal, após ter tomado um chá com a jovem farmacêutica, mais um detetive e seu auxiliar. No início do primeiro ato a jovem senhora foi assassinada. Dal por diante, os fatos são reconstituídos, ora por um ora por outro personagem, interrogados pelo detetive que investiga o caso. E o espectador fica na dúvida quanto ao verdadeiro assassino, até o final, em que, através da moedinha histérica se desvendam tudo. Não contarei para não tirar a intriga da possível solução. A peça está montada com minucioso cuidado dos detalhes. Os cenários de Alcindo Magalhães criam o necessário clima pesado e sinistro de casa velha, montada, como essas sobradões do interior, com um estabelecimento comercial na parte térrea, nesse caso a farmácia. A iluminação é muito boa. Os frequentes cortes, quando se sucedem os fatos reconstituídos pela narrativa dos personagens, funcionam perfeitamente, sem quebra de ritmo. De um modo geral todos os atores defendem bem os seus papéis. Destacamos Teresa Raquel muito segura, graciosa, cheia de intenções, usando sua bela voz de maneira hábil, com justas inflexões.

Estudantes de Odontologia Contra o Projeto-Lei 2240/60

O Centro Acadêmico XXV de Janeiro, órgão representativo dos universitários da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo, enviou uma carta circular a todos os deputados federais, onde se manifesta contrário ao projeto-lei 2240-60 de autoria do deputado federal Norberto Schmidt o qual licencia práticos na profissão odontológica.

As razões apresentadas são as seguintes:

- 1) que essa profissão, atualmente, conta com um grande número de profissionais realmente habilitados por Faculdade.
- 2) Temos 35 Faculdades de Odontologia em nosso país, que, anualmente, formam um número apreciável de profissionais, que pre-

enchem as necessidades de nossa pátria.

3) A Odontologia é uma especialização da Medicina.

4) O prático licenciado nessa profissão, não teria um mínimo conhecimento do Curriculum Odontológico, e, se habilitado, prestaria um deserviço à Saúde Pública, pois sendo a boca parte de nosso organismo, as suas moléstias têm influências malficas no estado geral do paciente, que estando em mãos de indivíduos inabilitados teriam suas condições de saúde agravadas, ao contrário do desejado.

5) O Cirurgião-Dentista é o elemento que mais oportunidade tem de surpreender e diagnosticar precocemente várias moléstias, cujas manifestações iniciais localizam-se

na cavidade bucal, ao passo que um prático licenciado, como não tem esses conhecimentos, não poderia fazê-lo; como sabemos, um grande número dessas moléstias quando não cuidadas no início tornam-se incuráveis. Como exemplos frisantes temos: câncer da boca, blastomicose, além de sífilis e diabetes.

6) A restauração de um elemento dental, aparentemente simples, requer conhecimento de anatomia e fisiologia dentais, desconhecidos pelos mesmos; isso traria prejuízos ao aparelho digestivo e à articulação dos maxilares.

O Centro Acadêmico XXV de Janeiro solicita em sua carta circular aos deputados federais que estes, em benefício da Saúde Pública, tomem posição contrária a aprovação do projeto-lei 2240-60.

# Provocam Protesto em S. Paulo as Medidas Alistas de Jânio

A majoração de preços é geral em São Paulo. Consequência direta da Instrução 204, o custo de vida eleva-se sem parar, numa constante que deixa a população perplexa e já a conduz a manifestações de protesto. A princípio, notadamente entre os trabalhadores e as camadas médias da população, houve uma certa incredulidade diante das notícias da imprensa sobre a inevitabilidade da majoração de preços em face das medidas postas em prática pelo governo. Na sua maioria, eleitores do sr. Jânio Quadros, não poderiam crer que o homem que tanto prometera fazer em benefício dos humildes e desamparados — para usarmos a linguagem típica do atual presidente — de um momento par outro iniciasse uma política de esfomeamento do povo, jamais vista. Mas os fatos, mais do que as palavras, demonstraram, de imediato, a triste realidade.

## Aumento geral

O leite, tipo C, o mais popular, está por 28 cruzeiros o litro, isto é, majoração de 3 cruzeiros. O pãozinho de 50 gramas está por 3 cruzeiros a unidade. Em consequência, nos bares e casas de lanche, tão usados em São Paulo por milhares de trabalhadores da indústria, comércio, funcionários públicos e outros que não podem almoçar em casa, tiveram os seus preços aumentados. Os sanduíches e alguns petiscos que enganam a fome de milhares de pessoas tiveram os seus preços alterados. A farinha de trigo, absolutamente necessária à elaboração de pratos populares, como a macarronada, por ser rara e a preços altos leva os proprietários de restaurantes a majorarem os preços nesse setor. Os transportes urbanos (ônibus) aumentarão de preços por estes dias. O novo prefeito enfrentará, de imediato, a grita das empresas particulares de ônibus e a própria CMTC, deficitária, buscará na elevação de preços das passagens, o aumento de suas rendas. Já temos o preço da gasolina, dos combustíveis, das peças e dos pneumáticos, interferindo para a elevação do custo de vida nesse campo. Nas feiras-livres a situação é a mesma. Uma dúzia de ovos está por 120 cruzeiros. Verduras e legumes, frutas, alimentos em geral, nas feiras e nos mercados, pelos seus novos preços estão inacessíveis à bolsa do trabalhador fabril e da própria classe média.

Examinando a situação, o Departamento Interstadual de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, admite, pelos dados levantados, que nos últimos meses o custo de vida está em ascensão, mesmo sem considerar ainda os resultados da Instrução 204. Em fevereiro deste ano, segundo o DIEESE, o salário-padrão de uma família da classe

trabalhadora já correspondia a Cr\$ 22.310,60, quando há menos de um ano era de Cr\$ 16.793,90. Em consequência da Instrução 204, verifica-se uma brutal desvalorização do salário e pode-se prever o desencadeamento de grandes lutas do proletariado para a conquista de novos níveis de remuneração.

O que se verifica, em síntese, é que em São Paulo o custo de vida já sofreu um aumento geral de 15% com natural tendência para o agravamento da situação.

## Protestos

Já nos referimos à passagem do sr. Castro Neves, ministro do Trabalho, por São Paulo, e a maneira como se referiu ao custo de vida, negando à imprensa a existência de qualquer majoração, antes considerando que o sensacionalismo dos jornais estaria criando um clima desfavorável ao governo. As palavras do ministro Castro Neves mereceram a repulsa imediata dos profissionais de imprensa que o ouviram no Aeroporto e o Sindicato dos Jornalistas, em nota assinada pelo seu presidente, dirigiu-se ao sr. Jânio Quadros protestando contra as declarações de seu ministro. Em resumo, disse o Sindicato ao presidente da República que os preços estavam altos mesmo, bastando para isso que se comprasse gêneros em qualquer parte da cidade. O «Diário da Noite», órgão associado, estampou na primeira página de uma de suas edições, uma tabela de preços, ao lado de uma fotografia do sr. Castro Neves, contestando as assertivas do ministro. O Movimento de Arregimentação Feminina, órgão ligado a setores ricos da população paulistana, promoveu um debate por ocasião da conferência que pronunciou em sua sede o economista Dorival Teixeira Vieira. Este, embora cautelosamente, deixou claro que pesando também sobre a média e a pequena indústrias os efeitos da Instrução 204, teremos para já uma onda de desemprego. Na Federação da Construção Civil, presentes numerosos dirigentes sindicais, promoveu o Conselho Sindical uma reunião para o debate do assunto e tomada de medidas. Analisada a Instrução 204 foi ela considerada prejudicial aos trabalhadores e uma nova reunião será realizada no dia 6 do corrente para o acerto de medidas que possam pôr um paradeiro na situação.

## Indústria nacional

Não somente entre o operário, as donas-de-casa e as camadas médias da população lavra a insatisfação. O «Estado de São Paulo» em editoriais louva a providência governamental, tão do agrado do Fundo Monetário Internacional,

estampa em sua edição de 30 de março, um artigo do economista H. Franke, bastante elucidativo. Diz ele, depois de examinar demoradamente as consequências da Instrução 204, no setor industrial, que os investidores nacionais terão doravante pela frente a concorrência dos investidores estrangeiros, não somente porque aqueles poderão adquirir máquinas consideradas obsoletas no exterior, mas ainda modernas para o parque industrial brasileiro, aos preços baixos fixados pela Instrução 204, por outro lado, num processo de desnacionalização da indústria brasileira, como acentua o articulista, a citada concorrência é efetuada em ramos de atividade já em franco desenvolvimento no país prescindindo-se assim de qualquer participação estrangeira. O atraso tecnológico da indústria brasileira e a obrigatoriedade em face da Instrução 204, do industrial brasileiro adquirir câmbio correspondente ao total de sua dívida — resultante de seu compromisso de compra de maquinaria e matéria-prima no exterior — a falta de fundos em cruzeiros o impossibilitará de desenvolver a indústria. O campo ficaria assim mais aberto ainda ao capital estrangeiro, com a completa desnacionalização da indústria nacional. O sr. Constantino Jamil, das «Folhas», desenvolve idêntico raciocínio, alertando os interessados para os males que causará inevitavelmente à indústria nacional, pequena e média, a Instrução 204.

## Os que lucram

A Instrução 204 beneficiará, não há dúvida, à indústria nacional de grande porte, cujos capitais, elevados, não a impedem de adquirir no exterior, o que necessita. Os trustes estrangeiros, por sua vez, operarão com câmbio favorecido. E os especuladores de todos os tipos, com a porta aberta pelo sr. Jânio Quadros, encorajam-se e elevam todos os preços, além de sonharem artigos essenciais, como acontece no setor do trigo. Os moinhos nacionais e estrangeiros, é um exemplo apenas; sonham o trigo ao comércio, aproveitando-se da situação, sem que o governo tome qualquer medida. Ninguém também acredita que as Comps, instrumentos doces dos especuladores, tenham autoridade suficiente para barrar a elevação de preços.

A única saída que os trabalhadores e as demais camadas da população prejudicadas vêem é a de lutar contra o caos provocado pelo sr. Jânio Quadros. As palavras do sr. Jânio Quadros e dos ministros que pretendam defendê-lo, como é o caso dos sr. Castro Neves e Clemente Mariani, são desmentidas pelos fatos. E estes levarão, inevitavelmente, o povo à luta pela sua sobrevivência.



# Jânio é Judas no Brás

TODOS os anos os moradores da rua Mendes Gonçalves, no Brás, promovem a malhação do Judas no sábado de Aleluia. Uma figura da política, caída no desagrado do povo, é sempre usada para a manifestação. Desta vez o sr. Jânio Quadros foi o escolhido. (foto). A meia-noite, em meio a alegria geral e a curiosidade de

regular assistência, o Judas foi devidamente malhado por dezenas de garotos. Uma Rádio-Patrolha interferiu, ameaçando de levar "prêso" o boneco com cara de Jânio. A ação policial provocou, imediatamente, energicos protestos dos populares que, então, completaram o trabalho: incendiaram o Judas. Os patrulheiros, derrotados,

enfiaram a viola no saso e saíram de mansinho.

O episódio revela, embora pitorescamente, a insatisfação que vai lavrando na população em face das medidas do sr. Jânio Quadros, ainda nos primeiros dias de seu governo, e que tanto têm sacrificado o povo.

# Derrota de Jânio Nas Eleições de S. Paulo

Os resultados das eleições na capital de São Paulo revelam que o povo descarregou a votação no sr. Prestes Maia (462.000 votos) como forma de protesto, de um lado contra a carestia de vida sobrevida na última quinzena de março, em decorrência da Instrução 204 da SUMOC, e de outro lado contra a fraca administração realizada pelo sr. Ademar de Barros a frente da Prefeitura, caracterizada especialmente pelo descalço em que ficaram as ruas públicas. «Os buracos das ruas derrotaram Ademar», foi um comentário ouvido em muitos lugares. Também a debacle da CMTC contribuiu poderosamente para a derrota do sr. Cantídio Sampaio.

A vitória do sr. Prestes Maia foi também em certa medida facilitada pelo fato de o sr. Cantídio Sampaio (205.000 votos) ter mantido sua candidatura fora dos termos de uma política geral democrática, patriótica e progressista, confiando apenas na força da organização do P. S. P., no apoio das camadas médias e em algumas medidas favoráveis ao povo por ele patrocinadas pessoalmente, quando ocupava o cargo de vice-prefeito.

## Derrota de Jânio

A derrota do sr. Emilio Carlos (230.000 votos) foi uma derrota do sr. Jânio Quadros, que apoiou abertamente sua candidatura. Até 10 dias antes das eleições o nome do sr. Emilio Carlos surgia nas prévias realizadas pelos Partidos como um dos mais fortes concorrentes à vitória eleitoral. A Instrução 204 da SUMOC e a rápida elevação de preços daí decorrente esvaziaram de tal forma essa candidatura que o sr. Emilio Carlos não conseguiu nem mesmo a metade dos votos dados ao primeiro colocado. O sr. Jânio Quadros deu-se conta desta modificação do estado-de-espírito popular

e nem sequer foi votado na Vila Maria, como havia prometido. Votou em Vila Mariana e ratificou preferências de São Paulo.

## Vice-prefeito

O sr. Rio Branco Paranhos (172.000 votos), candidato das forças populares e apoiado pela imensa maioria dos dirigentes sindicais, teve uma votação das mais expressivas, apesar das dificuldades de toda ordem que precisou enfrentar na campanha, especialmente por falta de meios de propaganda. Nos bairros de maior concentração proletária, como Osasco, São Miguel Paulista, Vila Maria, Alto da Mooca e Vila Prudente obteve vitórias importantíssimas.

## Santos, S. Caetano e Cubatão

Também em numerosos municípios do interior onde se reali-

zaram eleições, os candidatos do sr. Jânio Quadros sofreram derrotas espetaculares. Isso foi mais evidente em Santos e São Gonçalo, onde foram eleitos prefeitos respectivamente os senhores Luiz La Scala e Anacleto Campanella, em competição com candidatos que se apresentavam apoiados pelo sr. Jânio Quadros.

Os candidatos eleitos para as prefeituras de Santos, São Caetano e Cubatão foram apoiados por amplas coligações de forças democráticas e progressistas, incluindo os comunistas.

Com a eleição do vice-prefeito José Gomes, em Santos, assume agora a vereança o primeiro suplente do PTB, sr. Antônio Rodrigues, dirigente dos portuários. No município de Cubatão o vencedor mais votado foi o sr. Hugo Scanavacca, trabalhador do DER e apresentado pelas forças populares.

# GRÁFICOS, METALÚRGICOS E BANCÁRIOS PAULISTAS VÃO REALIZAR CONGRESSOS

Diversas categorias de trabalhadores de São Paulo promoverão congressos para o estudo de temas de interesse da classe e de mobilização para a luta por melhores condições de vida.

## Gráfico

Os trabalhadores nas indústrias gráficas estarão reunidos em Presidente Prudente, nos dias 29 e 30 de abril, com encerramento dos trabalhos a 1.º de maio. Direito de greve, Justiça do Trabalho, higiene e segurança do trabalho, insalubridade, salário móvel e alteração da Consolidação das Leis do Trabalho; Lei Orgânica de Previdência Social, seguro e desemprego, liberdade e autonomia sindicais, defesa e ampliação da indústria nacional, ensino técnico e profissional, imposto de renda sobre salário, problemas da mulher e da criança na indústria gráfica, imposto sindical, são os temas que compõem, entre outros, o teor do II Congresso dos Trabalhadores na Indústria Gráfica. As adesões ao conclave, dos trabalhadores das cidades de Presidente Prudente, Franca, Ribeirão Preto, Campinas, Jundiaí, Sorocaba, Jau, Rio Claro, Bauru, Santo André, São Caetano e São Bernardo do Campo, além dos de São Paulo, indicam que é expressiva a receptividade que o certame vem obtendo.

## Metalúrgicos

Com o mesmo propósito estarão reunidos nos dias 7, 8 e 9 do corrente, à rua do Carmo, 171, os metalúrgicos da Capital. A III Conferência dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo tratará da revogação do Decreto 9.070, regulamentação ampla do direito de greve, aumento de salários, salário mínimo profissional e salário família, abono de natal e gratificação, condições de trabalho nas empresas (noturno e menor), encarecimento do custo de vida e

meio de detê-lo, insalubridade e periculosidade, defesa das liberdades democráticas e da soberania nacional, defesa e ampliação da indústria nacional e problemas econômicos, etc.. No encerramento da Conferência serão eleitos os delegados paulistas ao III Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Brasil, a realizar-se em Belo Horizonte entre os dias 19 e 20 de julho deste ano.

## Bancários

Nesta quinzena os bancários promoverão a II Convenção Municipal, preparatória da II Convenção Nacional a realizar-se em maio, no Estado da Guanabara. A preocupação central dos bancários, segundo se conclui das atuais atividades do Sindicato, está relacionada com a Lei Orgânica de Previdência Social. Nesse sentido desenvolve-se uma campanha destinada à ampliação da assistência aos empregados nos estabelecimentos bancários, incluindo a instalação de farmácia, hospital com pronto-socorro, reabertura da Carteira Imobiliária, etc. O conclave deste mês é patrocinado pelo Sindicato e pela Federação dos Bancários de São Paulo.

# Cursos de geografia da URSS e alfabetização de adultos

A União Cultural Brasil-URSS, de São Paulo, realizará cursos sobre Geografia da União Soviética e de Alfabetização de Adultos. As inscrições estão abertas na sede da União, na rua Gabriel dos Santos, 44, tel. 52-8936, São Paulo, Capital. Informações serão prestadas no mesmo endereço, no horário das 15 às 19 horas.

## EM SÃO CARLOS

# Trabalhadores de Frigorífico Vivem Sob Regime de Escravidão

São Carlos, março (Do Correspondente) — Ganhando mal, trabalhando de 10 a 12 horas diárias e sem direito a descanso semanal remunerado — eis o regime de trabalho imposto pela direção do Frigorífico São Carlos de

## Pelas relações

### com a URSS

### e a China

Durante ato realizado no Clube Juventus de São Paulo, quando de uma conferência ali feita pelo líder Luiz Carlos Prestes, foi redigido e enviado ao sr. presidente da República um abaixo-assinado, com 710 assinaturas, em que é solicitada o «reajustamento das relações» diplomáticas e comerciais com todos os países do mundo, principalmente, com a URSS e China Popular.

## Debate na UNE:

### Política Externa e

### Reforma Cambial

No próximo dia 10, às 20 horas, terá lugar na sede da União dos Estudantes um debate público sobre Política Externa e Reforma Cambial. Numerosos deputados federais foram convidados, entre os quais os sr. Almino Afonso, Barbosa Lima Sobrinho, Sérgio Magalhães, Aurélio Viana, Gabriel Passos, Bento Gonçalves, Seixas Dória e Hermógenes Príncipe. Também foi convidado o sr. Afonso Arinos, ministro do Exterior. Deverão, também, comparecer ao ato diversos deputados estaduais e líderes sindicais da Guanabara.

Pinhal S. A. aos trabalhadores da empresa.

Empresa falida, o F. S. C. P. S. A. foi adquirido há cerca de 3 anos por um grupo de financistas do Rio de Janeiro, por 25 milhões de cruzeiros. De então para cá, instalou-se o verdadeiro regime de trabalho escravo imposto aos operários, obrigados a dar mais do que o tempo estabelecido por lei, sujeitos a trabalhar aos domingos e sem poder reivindicar as férias previstas na CLT. Tal situação é mantida em virtude da chantagem

patronal, formulada através da ameaça de dispensa de todos os que se rebelarem contra o sistema, chantagem possível em virtude da existência de mão-de-obra farta e barata no município.

Este estado de coisas, único em São Carlos, pois todas as outras indústrias do município cumprem as determinações da CLT, está a exigir a intervenção da Delegacia Regional do Trabalho, no sentido de que sejam respeitados os mínimos direitos dos operários daquela indústria.

# Polícia Paulista Continua Prendendo e Perseguido os Trabalhadores Rurais

O líder camponês Nestor Vera, secretário da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), acaba de denunciar, em nome de sua entidade, a continuação da série de violências da polícia do governador Carvalho Pinto contra todos os lavradores que procuram se organizar para a defesa de suas reivindicações.

Depois dos acontecimentos de Santa Fé do Sul, que culminaram com a tentativa de assassinio de vários líderes camponeses, e com a prisão de inúmeros deles, entre os quais Jofre Corrêa Neto, cognominado «o Fidel Castro do Sertão», a polícia do governador Carvalho Pinto voltou-se contra os lavradores da Alta Paulista, com o objetivo de impedir que aqueles trabalhadores se organizem para a defesa dos seus direitos, entre os quais se encontra o recebimento do salário mínimo estabelecido por lei.

## Ameaça de prisão

A ULTAB denuncia a ação da polícia de Marília, que está ameaçando de prisão o lavrador Calixto José Gomes, presidente da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Vera Cruz, e todos os seus companheiros de diretoria da entidade, pelo fato de os mesmos se utilizarem de um direito, o de organização dos trabalhadores rurais, que lhes é assegurado desde 1903, através do decreto federal 879, de 6 de janeiro do referido ano.

O líder da ULTAB salienta, em sua denúncia, que a Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Vera Cruz foi fundada e registrada em conformidade com o decreto-lei 4.857, de novembro de 1959 (que trata da organização das associações de caráter civil, mas que o governo viola a lei e

lança a sua polícia contra os trabalhadores e suas associações de classe. Apenas as organizações dos fazendeiros e latifundiários contam com a proteção do governo.

As perseguições contra a Diretoria da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Vera Cruz vêm provocando protestos das entidades sindicais e da opinião pública, dirigiu-se ao governador blica de São Paulo. A ULTAB, por Trabalho, sr. Castro Neves, exigiu Carvalho Pinto e ao ministro do do dos mesmos a adoção de medidas que visem a garantia do direito de organização dos trabalhadores rurais, e a punição das autoridades policiais que, postas a serviço dos fazendeiros, grileiros e latifundiários, prosseguem no regime de perseguições e de violências contra os lavradores e assalariados agrícolas.

# MNB: Política Cambial Submissa Aos Monopólios Estrangeiros

"O combate à reforma cambial é, nesse momento, a tarefa fundamental de todos os patriotas", declara o Movimento Nacionalista Brasileiro, em nota distribuída à imprensa pela sua Comissão Executiva Nacional.

A nota do MNB é a seguinte: "O MOVIMENTO NACIONALISTA BRASILEIRO denuncia ao povo a Reforma Cambial, concretizada na Instrução 204 da SUMOC, como um passo para a adoção de mercado de câmbio livre imposto pelo FMI, para defesa dos interesses que este representa, caracterizando, da parte do atual governo de nosso país, a aceitação de uma política contrária ao desenvolvimento brasileiro, ligada às forças do atraso e submissa aos monopólios estrangeiros. Denuncia o sentido antipopular da referida Reforma Cambial, pela alta brutal das utilidades no

mercado interno e pela sua ação de drenagem dos recursos da massa da população economicamente válida para as grandes empresas, destruindo as pequenas e médias, e acelerando a concentração monopolista estrangeira. Denuncia o sentido antinacional da referida Reforma Cambial, que fere profundamente os interesses das nossas indústrias, dificulta a montagem de novas empresas, entrava o desenvolvimento das existentes pelo impedimento no equipamento e pela retração do mercado interno de consumo, agrava ao máximo a situação das regiões empobrecidas do nosso país, particularmente a do Nordeste, impe-

de as atividades das empresas estatais e mistas, colocando-as à mercê dos monopólios estrangeiros, particularmente a Petrobrás, e dificulta as relações comerciais fora da área do dólar. Denuncia o sentido antidemocrático da referida Reforma Cambial, porque o agravamento das condições de vida de nosso povo está a exigir reivindicações e defesa de direitos. Para impedir-las, o atual Governo monta um dispositivo de força militar com a mobilização dos elementos mais radicais e ligados aos movimentos de subversão da ordem e de destruição do regime democrático, com o afastamento, nas Forças Armadas, de todos os ele-

mentos que, cumprindo o seu dever militar, fizeram respeitar as leis e asseguraram as liberdades individuais e políticas.

O MOVIMENTO NACIONALISTA BRASILEIRO, por isso, recomenda o combate à Reforma Cambial como a fundamental tarefa deste momento, combate no Senado e na Câmara, nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras Municipais, nos sindicatos, nas organizações estudantis, nos meios intelectuais, e apoia a todas as reivindicações pela melhoria da vida de nosso povo e pela defesa das liberdades democráticas ameaçadas ou feridas."



EXILE LEADER MANUEL VARONA INSPECTING ANTI-CASTRO TROOPS IN FLORIDA. Between fear and memory, even the strongest might waver.

livia to determine exactly what the money might accomplish. Other Side, Aid to nations eager to help themselves is the friendly side of the

would welcome a successful invasion of Cuba, and would not mind if the U.S. overtly supported it. A few others including Venezuela and Colombia, might

Na sua edição do dia 17 de março, o "Time" publicou uma foto (fac-símile estampado acima) de um campo de manobras utilizado pelos contra-revolucionários cubanos em território norte-americano.

## A prova da intervenção

### NOVA PROVOCAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESTADO PARA ENVOLVER A JEA

## EUA Confessam Intervenção em Cuba e Renovam Ameaça de Agressão Armada

Bases de onde partem aviões que bombardeiam aldeias e plantações cubanas estão instaladas na Flórida. Num lugar qualquer dessa mesma região dos Estados Unidos, 40 mil contra-revolucionários são treinados por oficiais do exército norte-americano, preparando-se para invadir Cuba. Em Washington e outras cidades, sob os auspícios do Departamento de Estado, funcionam «Conselhos Revolucionários», centros de recrutamento e comitês que aglutinam criminosos que serviam ao ditador Batista, bandidos e assalariados da contra-revolução. Vastos recursos financeiros são mobilizados pelo governo do sr. Kennedy para estimular o subórdo de

técnicos e empregos vantajosíssimos são oferecidos a todos aqueles que «desejem» abandonar Cuba.

A partir do momento em que o governo revolucionário de Fidel Castro começou a aplicar uma política voltada para a conquista da soberania nacional e da independência econômica, os Estados Unidos iniciaram as manobras agressivas e passaram a intervir diretamente nos assuntos internos cubanos, com o objetivo de derrubar o governo instalado pela revolução do povo.

Agora, em um documento divulgado oficialmente pelo Departamento de Estado, o governo norte-americano confessa desפורadamente a sua ação intervencionista, advertindo que «protegerá todo o governo que se instale em Cuba e que realize uma política contrária a que vem realizando Fidel Castro» e formula toda a política do presidente Kennedy em relação à questão cubana.

O documento, um folheto de 36 páginas elaborado, segundo dizem, por um dos intelectuais «democráticos» que assessoram o novo ocupante da Casa Branca, não fosse a gravidade da ameaça que contém contra a independência e a soberania do Estado cubano, é ridículo e sua argumentação, de tão mesquinha que é, chega a ser ofensiva para as pessoas a quem se destina: os diplomatas credenciados na ONU e na OEA e o próprio povo norte-americano.

Reconhecendo que a Revolução Cubana começou como «um movimento para estender a liberdade e a democracia em Cuba», o folheto lamenta que ela tenha se convertido «num instrumento em mãos alheias, voltado para destruir o sis-

tema Interamericano». As mãos alheias, ao que parece, são aquelas cubanas, que «traziam» aos Estados Unidos instalados na ilha as propriedades através das quais eles exploravam o povo cubano. Destruir o sistema interamericano, para os autores do folheto, foi o fato de Fidel Castro ter orientado a política cubana no sentido de se libertar da sua dependência secular aos ditames de Washington.

O folheto reconhece também que o governo de Castro «procedeu de forma benéfica nos dias imediatos à vitória da revolução construindo escolas e moradias, criando hospitais, implantando reformas de caráter agrário e prometendo eliminar a corrupção do governo». Se isso eles acham bom, o que os descontentou? As reformas de caráter agrário foram mais além, provocaram a desapropriação das usinas de açúcar e das terras da poderosa «United Fruit». A gota d'água, entretanto, foi o petróleo. Al éles não perdoaram e não perdoam.

O folheto se refere, então, à «expansão do comunismo» no governo cubano; indigna-se com o «expurgo na Justiça» (antes os juizes decidiam contra o povo, hoje decidem a favor) e repete os velhos clichês desmoralizados de «governo satélite de Moscou» e outros mais.

No que éle é sério, entretanto, é na ameaça que faz. Revela inteiramente os propósitos de Washington de provocar uma ação armada, sancionada pela OEA, contra Cuba. Envolve mesmo todos os países da América na provocação, quando afirma que «os Estados Unidos, com o restante dos países do Hemisfério, expressam a determinação de assegurar no futuro a existência de governos democráticos em Cuba, bem como um apoio pleno e positivo em seus esforços para que o povo cubano logre liberdade, democracia e justiça social».

## Liberdade para bancários da Venezuela

O Sindicato dos Bancários de Garanhuns enviou ofício ao embaixador da Venezuela no Brasil em que solicita a intercessão do referido diplomata junto ao seu governo no sentido de libertar o bancário Américo Chacon, presidente do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal e Miranda, bem como seus companheiros Rafael Colina, Domingos Villegas, Beltran Rodrigues, Omer Mujica, Orlando Cordeiro, José M. Cabrera, Oscar Olmos, Jesus Alencar, Silvestre Valladares, Pascoal Cedeno, Antônio Ferrer, Luiz Rivera, José Oliveira, Carlos J. Fuentes, Osvaldo Alvarez, Fredy Reis e outros, que se encontram presos desde fins de novembro de 1960, em virtude de suas participações em assembleia em que discutiam assuntos de natureza sindical.

## Nota Internacional

## Angola: Marchas e Contramarchas

Depois de marchas e contramarchas, de confusão de bilhetes presidenciais mal interpretados ou mal redigidos, não se sabe bem, vieram os círculos mais chegados ao sr. João Quadros, informar que o Brasil votará com Angola e contra Portugal quando o caso daquele território africano for a plenária na próxima sessão da Assembleia Geral da ONU.

Isso ocorrendo de fato, o que virá atender a pressão da opinião pública e aos seus sentimentos em relação à luta de libertação dos povos coloniais, não podem entretanto ficar sem esclarecimentos mais precisos os verdadeiros motivos que levaram ao inesperado, a posição dubia do Hammarat e as vacilações do Hammarat. O sr. João Quadros, em seu primeiro bilhete sobre o assunto endereçado ao ministro Afonso Arinos, foi tão claro que mereceu um segundo bilhete do ministro Afonso Arinos, órgão conhecido como «Globo», depois de tomar conhecimento da decisão presidencial através do Hammarat, alertando para possíveis consequências.

Por que, então, criou-se o conteúdo? A realidade é que existe um outro bilhete do sr. João Quadros ao ministro Afonso Arinos, enviado depois dos fatos narrados acima. Esse bilhete, segundo o «Globo» e o próprio Hammarat, recomendava um passo atrás na decisão anterior, a neutralidade do Brasil na questão. Foi aí que surgiu a onda, os protestos se verificaram e vieram a público os assessores diretos do presidente da R-pública comunicar que a ordem era votar contra, que o outro bilhete apenas recomendava não divulgar oficialmente o assunto antes de um entendimento com o governo português. O argumento invocado para essa situação, foi o Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, documento espírito e que viola o direito soberano do nosso país se manifestar em matéria de política externa, promulgado em 1855 pelo presidente Café Filho.

Esse instrumento, em vigor há 7 anos (sua vigência é de 10 anos), foi invocado pela primeira vez, em todo esse período, agora. O presidente da República achou por bem justificar diante do ditador Salazar uma possível posição do Brasil num caso internacional. A onda de protestos e de indignação que se manifestara nos setores mais avançados da população e na própria imprensa e que ameaçava se estender, é que levaram o sr. João Quadros, já sentindo a impopularidade que a caresta vem acarretando ao seu governo, a tentar reformular a questão, a procurar confundir como é do seu feitio. Entretanto, a situação criada com a posição do Brasil no caso de Angola, serviu e bem para reviver a questão do Tratado. Esse documento, nos seus artigos conhecidos e em cláusulas secretas denunciadas corajosamente pelo embaixador Álvaro Lima, revela inteiramente a política internacional do Brasil à de Portugal, impedindo o nosso governo de tomar qualquer decisão nesse terreno sem anuência do ditador Salazar.

Aprovado de fogadinho, num período tumultuado da vida nacional (1954/55), quando veio a público foi em virtude da resistência oposta na Câmara Federal pelos deputados nacionalistas e democratas à aprovação de textos que regulamentariam definitivamente a sua aplicação. De lá para cá têm sido numerosas as manifestações de repúdio a esse instrumento. A sua denúncia, nesse momento, tanto ou mais que a posição do Brasil na questão de Angola, representará um ato de soberania, como exigem todos os patriotas que defendem para o Brasil uma política externa realmente independente.



## FEIRA DE LEIPZIG: 1961

As diferentes exposições apresentadas pelos países latino-americanos na Feira de Leipzig, foram visitadas por milhares de pessoas durante o período da mostra. Também as per-

sonalidades oficiais da República Democrática Alemã mostraram grande interesse pelos artigos e produtos expostos pelos países do continente sul-americano. Na foto, o vice-mi-

nistro do Comércio Exterior da RDA, Gerhard Weis, durante sua visita ao pavilhão do Instituto Brasileiro de Café.

## Bond and Share Preocupada Com a Situação da Pernambuco Tramways

RECIFE, março (Especial para NR) — Em meio às repercussões da Instrução 204, cujos reflexos para o Nordeste são essencialmente negativos, a opinião pública tem também sua atenção voltada para o problema da Pernambuco Tramways. Desde fins do ano passado têm vindo ao Recife, mais ou menos regularmente, diversos magnatas da Bond and Share no Brasil, entre eles o conhecido mr. Arute, que aqui imperou durante vários anos como figura das mais influentes. Já há algum tempo, Arute transferiu-se para o sul do país e suas vindas ao Recife estão relacionadas com os trabalhos da comissão de tombamento dos serviços de eletricidade da empresa norte-americana. Segundo apuramos, a Tramways estaria pronto em jogo uma manobra para que o Estado, ao receber o serviço de eletricidade, ainda lhe pagasse al-

gumá coisa, quando é matematicamente certo que será a Tramways a devedora e o Estado o credor, feita as contas finais.

As visitas dos magnatas norte-americanos e alguns testas-de-ferro «brasileiros» também estariam relacionadas com a ação judicial instaurada pelo Estado contra a Tramways, no que se refere ao serviço de bondes. Efetivamente, recorda-se aqui que a referida ação teve sua marcha entorpecida ou sustada na Justiça a partir do momento em que começaram aquelas visitas. Desde novembro ou dezembro último que deveriam ter sido apresentados os quesitos de praxe, por ambas as partes, rotineiros em ação desse tipo. O Estado chegou mesmo a convidar alguns especialistas na questão, em S. Paulo e no Rio Grande do Sul. Os mencionados téc-

nicos aqui estiveram durante vários dias, regressando depois sem ter tido a oportunidade de prestar sua colaboração.

Por que isto ocorre? O governador Cid Sampaio, que foi eleito à base do compromisso de defender os interesses do Estado contra a voracidade da Tramways e que na última campanha eleitoral sustentou a mesma bandeira, está na obrigação de prestar um esclarecimento ao povo, informando em que pé está o assunto, quais as gestões que já realizou junto ao governo federal para dar a mais ampla publicidade ao relatório da comissão de tombamento e por que se não prosseguira a ação judicial que estava sendo tão bem encaminhada.

Os paulistas pernambucanos reclamam uma completa vassourada na Pernambuco Tramways.

## Inglêses dão exemplo

Em Trafalgar Square, na capital inglesa, dezenas de milhares de pessoas realizaram uma gigantesca manifestação pelo desarmamento, pela proibição das experiências nucleares e pela proscricão das armas atômicas. Da concentração, que foi precedida de uma grande marcha contra a bomba atômica, participaram pessoalmente: de todos os matizes, representantes do clero e o filósofo Bertrand Russell.

A luta do povo inglês contra a política ocidental de estímulo à corrida armamentista tem importância, nesse momento, principalmente porque se volta contra a orientação do governo MacMillan que vem cedendo às pressões de Washington e tenta transformar a Grã-Bretanha em base de lançamento de foguetes e refúgio para os submarinos atômicos lanques equipados com os projéteis «Polaris». Tem importância também, porque alerta aos povos do mundo sobre a necessidade de revigorar a luta pela proscricão das armas nucleares e pelo desarmamento e pela exigência de um acordo entre as potências que participam da conferência de Genebra.

## política argelina do general

Estão ameaçadas as negociações de Evian entre o GPRA e a França. Quando tudo indicava que o general De Gaulle cumpriria a promessa de tratar seriamente da questão, reconhecendo definitivamente o governo de Ferhat Abbas como o único com o qual se pode discutir o destino da Argélia, verifica-se um passo atrás: Paris anuncia que vai negociar também com o MNA, organização sem expressão e que tem servido de joguete nas mãos dos franceses para evitar um acordo sobre a Argélia e a paz tão reclamada pelo povo gaulês. Os fatos ocorridos nestes últimos dias estão a indicar que o general retornou àquela política dubia, destinada a adiar a solução do problema até o ponto em que se sintia forte para impor a Argélia francesa sonhada pelos ultras e pelos imperialistas. O clima que antecedeu à nova posição do governo francês, compromete-a ainda mais: os ultras repudiaram a política de negociações com atos de terrorismo que culminaram com o assassinato do prefeito de Evian, a cidade escolhida para o encontro dos representantes franceses e argelinos.

## Nehru embarca na aventura

O sr. Nehru decidiu embarcar na aventura da ONU no Congo, atendendo ao apelo de Hammarskjöld para que o seu país enviasse um corpo de tropas a fim de reforçar os contingentes que se encontram em território congolês. A decisão indiana constitui uma última tentativa para salvar o prestígio e a autoridade bastante desmoralizados do secretário-geral do organismo e esforço derradeiro para manter a intervenção da ONU na região. Revela também a posição conciliadora de Nehru com o imperialismo, no que se refere à questão congolês, contrária a adotação pelos países africanos e asiáticos do bloco neutralista e aos legítimos interesses do povo congolês. Reforçar, como pretende o dirigente indiano, a política de Hammarskjöld no Congo é contribuir para uma solução da crise de acordo com os interesses do imperialismo. Os fatos recentes estão mostrando: os capacetes azuis investem contra o governo legítimo de Gizenka e se subordinam vergonhosamente às imposições do fiteiro Chombé, laço conhecido dos colonialistas e assassino de Patrice Lumumba.

## A verdade no relatório

O Departamento de Assuntos Sociais da ONU divulga um extenso relatório sobre os progressos verificados no mundo, desde 1955, nos campos da saúde pública, produção de gêneros alimentícios, habitação, educação, salários, seguro social e outros. Um resumo do documento foi publicado, sem muito destaque, na imprensa brasileira. Mas, os dados que apresenta, e que não são todos, revelam uma verdade que se afirma cada vez mais no mundo de hoje: o avanço dos países socialistas e a sua superioridade em relação ao sistema capitalista no que se refere à assistência ao homem, para proporcionar-lhe uma vida feliz e de fartura. Através do relatório sabe-se que o salário real aumentou em 40% na Polónia, e que nos outros países socialistas a sua elevação foi substancial, sendo o mínimo verificado 15%. Enquanto isso, nos países capitalistas mais adiantados, com exceção da Alemanha Ocidental (20%), esses aumentos não atingiram 10%. O mesmo ocorre em outros setores, como o da habitação, que na URSS, em 1959, apresentou o índice de 14 pavimentos por 1 000 habitantes, enquanto nos EUA as cifras de construção variaram de 7 a 9 pavimentos por mil habitantes.

## POVO DO RECIFE REAGE!

### Ações de Massas Contra a Instrução 204

RECIFE (Do correspondente Amaro Valentim) — Convocado pelo Conselho Sindical dos Trabalhadores de Pernambuco, em que se congregam 63 sindicatos do Estado, realizou-se no dia 29, no auditório do Sindicato dos Comerciantes, um grande ato público em que a política cambial de sr. Jânio Quadros foi enérgica e unanimemente condenada. O ato foi convocado para que nele se debatesse a Instrução 204 da SUMOC. O CONSINTRA convidou autoridades federais e estaduais, parlamentares, economistas, dirigentes sindicais e estudantes e representantes de organizações populares. Compareceram o prefeito Miguel Arraes, os deputados Paulo Viana e Francisco Julão, os vereadores Mauri Fernandes, Carlos Duarte, Miguel Batista e Vandekolk Vanderlei (representando oficialmente a Câmara Municipal do Recife) e delegações dos sindicatos dos estivadores, portuários, têxteis do Recife, Moreno e Paulista, da construção civil, feiteiros, economistas, ambulantes, assalariados agrícolas do Estado, Federação Pernambucana de Servidores do Estado e outras organizações.

#### Serve aos tristes

Os oradores denunciaram o sentido entreguista e antipovo da nova política cambial. O prefeito Miguel Arraes, depois de afirmar que a Instrução 204 serve apenas aos interesses dos grandes trustes, estranhou que o sr. Jânio Quadros se preocupasse repentinamente pelas dívidas com o exterior, invocando para isso a honra nacional. A honra nacional deveria ser invocada para tomada de medidas objetivas em defesa de nossa economia, como a encampação da produção e distribuição de energia elétrica, limitação da remessa de lucros, fortalecimento da industrialização e ampliação dos empreendimentos estatais na pesquisa, extração e refino do petróleo. O sr. Miguel Arraes defendeu o controle cambial pelo governo, em defesa dos interesses de nossa economia. «Mas a reforma decretada — afirmou — abre perspectivas amplas para a liberação absoluta das taxas de câmbio, entregará os destinos da economia brasileira aos exportadores que controlam o al-

godão, o café e outros produtos». O sr. Arraes, por fim, ressaltou que esta é uma política ruína para o país e o povo, determinando a crise econômica, sobretudo do Nordeste, e o aumento dos preços. E mostrou a necessidade de todos os patriotas lutarem contra ela: «Devemos estudar conscientemente todos os males que a reforma trouxe, denunciá-los e lutar democraticamente por sua derubada, mantendo presente, em todas as cabeças, que a liberdade é fundamental para assegurar o progresso e o bem-estar do povo».

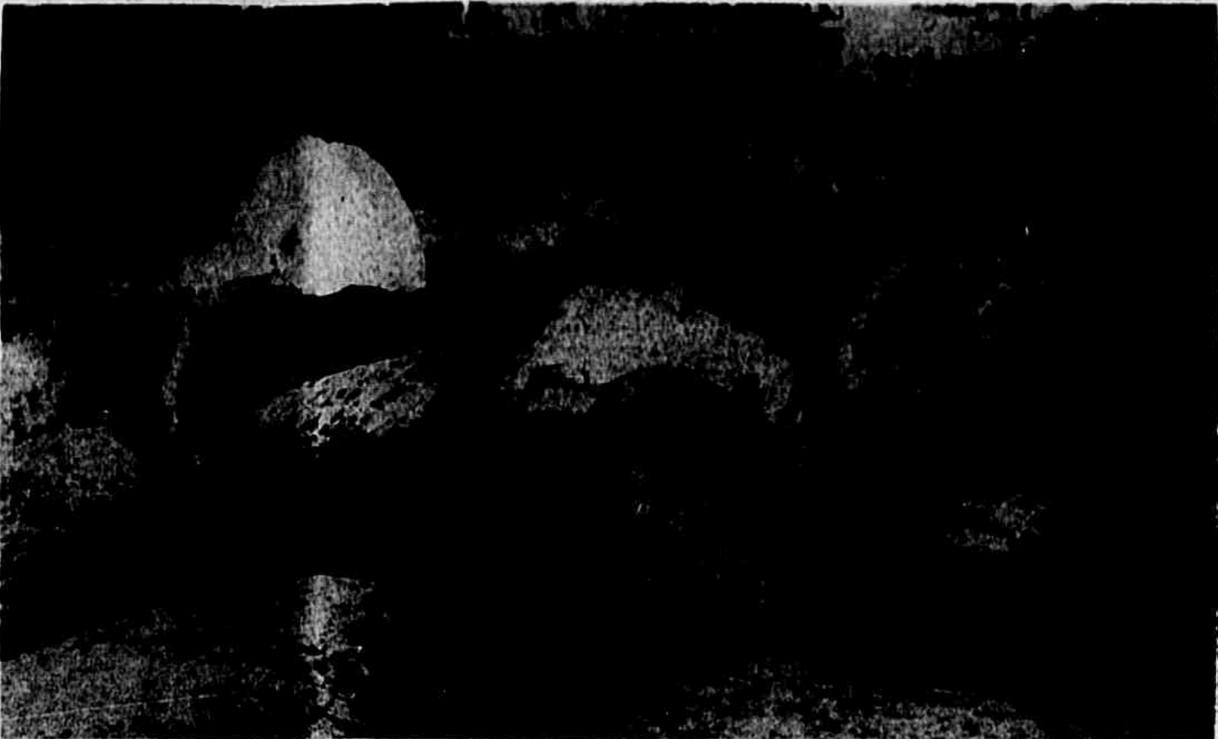
Todos os demais oradores condenaram com energia a Instrução 204, ressaltando que ela traz como consequência o aumento do custo de vida, prejuízo à industrialização, sobretudo do Nordeste, facilidades às investidas de capital estrangeiro, dificuldades às empresas pequenas e médias etc.

#### Esclarecer o povo

Após os debates, decidiu a assembléia criar uma comissão de dirigentes sindicais para organizar debates semelhantes nos sindicatos e nos bairros, assim como através das emissoras de rádio a fim de esclarecer as grandes massas quanto ao caráter antipatriótico e antipopular da política econômica-financeira do atual governo. Esses atos serão realizados durante todo o mês de abril, coroando com um grande comício no dia 1º de maio.

A luta contra a orientação cambial de sr. Jânio Quadros, detida com a aprovação do Fundo Monetário Internacional, encontra um amplo apoio neste Estado, uma vez que atinge em cheio os planos de industrialização do Nordeste. Ao que se sabe, o próprio sr. Cid Sampaio está em desacordo, neste ponto, com o governo federal. Embora não tenha feito ainda nenhuma declaração pública, o governador do Estado teria manifestado a seus amigos e auxiliares que não concorda com a Instrução 204.

Contudo, depende principalmente da mobilização popular a luta contra a política entreguista do sr. Jânio Quadros. O ato de dia 29 e o plano nele aprovado constituem, nesse sentido, um bom começo.



### Mais gente no Campo de Santana

## Jânio Aumenta os Preços e o Número de Desempregados

Em seu discurso de posse o sr. Jânio Quadros prometeu despojar o povo dos últimos vinténs para pagar os «compromissos externos» do Brasil. Economistas ligados ao presidente da República, e ele próprio, alertam que o pior ainda está por vir.

O que já veio foi a Instrução 204, que desvalorizou o cruzeiro e subordinou mais ainda a economia nacional aos interesses do imperialismo, representados pelo FMI, provocou uma nova e violenta onda de carestia que se abate sobre o povo, e cria sérias difi-

culdades ao desenvolvimento da indústria nacional. Aliadas a esse medida, decisões presidenciais visando a reduzir os quadros do funcionalismo federal e a cortar verbas destinadas a obras já iniciadas e a se iniciar lançaram já milhares de trabalhadores ao desemprego e ameaçam outras dezenas de milhares do mesmo destino.

#### Balanco de 2 meses

Depois de 60 dias de governo, mercados pela inflação de bilhetinhos e inquéritos destinados a provocar confusão na opinião pública, o que resultou da administração do sr. Jânio Quadros foram os resultados da orientação econômico-financeira que ele começou a imprimir ao país. Da Instrução 204 adveio o agravamento da carestia. Em primeiro lugar, a elevação do câmbio de custo de 100 para 200 cruzeiros provocou uma alta ponderável nos preços do trigo e do petróleo, além de dificuldades para a importação de equipamentos e maquinaria para indústrias de base.

A elevação dos preços do trigo e do petróleo incidiu diretamente sobre o povo. O pão sofreu uma elevação de mais de 40%, o macarrão subiu mais de 65%. O preço da farinha foi acrescido em 40%.

O aumento do preço do petróleo, que se refletiu imediatamente num acréscimo de 70% por litro de gasolina, abriu caminho para a exploração indiscriminada e permitida pelo governo e pela COFAP sob o comando do coronel Cibulares, iniciada em grande estilo pelos especuladores e acambardadores. Tudo subiu rapidamente, à velocidade do sputnik. A dúzia de ovos

saltou de 73 para 105 cruzeiros com a maior facilidade; o gás liquefeito, também vítima da 204, registrou um aumento de mais de 60% por botijão; o leite sofreu uma elevação de 6 a 8 cruzeiros e daí por diante.

A onda de carestia atinge todo o país, registrando-se aumentos crescentes. O preço dos transportes coletivos já subiu de 30 a 40% em Estados como Pernambuco e Ceará, em Curitiba o aumento pretendido é de 35%. Já se anuncia um aumento na mesma escala para São Paulo e, na Guanabara, autoridades estaduais já manifestaram a sua aquiescência à pretensão das empresas concessionárias dos serviços de ônibus e lotações. Também o preço das corridas de táxis está sendo elevado em todo o país. Em São Paulo, por exemplo, verificou-se um acréscimo de mais de 40% e outros estão sendo exigidos.

Verdadeira escorcha se verifica no setor dos medicamentos. A indústria farmacêutica, encabeçada pelo laboratório «Abbott» e argumentando com o custo da matéria-prima importada e violando o tabelamento mantido pela COFAP, aumentou o preço dos medicamentos na ordem de 100%.

A elevação indiscriminada do custo de vida provocada e estimulada pela política econômico-financeira adotada pelo sr. Jânio Quadros, que o próprio presidente da República legalizou quando ordenou o aumento dos preços também para o petróleo e o trigo estocados e que haviam sido adquiridos ao dólar de 100 cruzeiros, vem provocando sérias inquietações e protestos cada vez mais vigorosos. Além das manifestações já realizadas e ações programadas pelos trabalhadores em defesa dos seus salários desvalorizados pelas medidas governamentais, numerosas instituições têm se dirigido ao presidente da República, manifestando seu descontentamento diante do atual estado de coisas. Importante foi o repúdio público dos jornalistas paulistas, através do seu Sindicato, que manifes-

taram sua indignação diante de declarações do sr. Jânio Quadros, que procurava esconder a verdade afirmando que o aumento de preços estava sendo provocado pelo sensacionalismo da imprensa e não pela Instrução 204, que na sua opinião e na dos seus assessores econômicos só deveria acarretar um aumento... de 2%.

#### Desemprego em massa

Agravando a situação difícil do povo provocada pela carestia, o presidente da República, com a sua falsa política de recuperação das finanças do país, investiu contra o funcionalismo federal ordenando já a demissão de mais de 10 mil funcionários e pressionando, com a adoção do novo horário de dois expedientes, no sentido de forçar a «saída voluntária» de mais algumas dezenas de milhares de barnabés (os próprios círculos oficiais esperavam um corte de 60 mil funcionários nos quadros da administração federal).

A diminuição do ritmo de construção de Brasília, outra das metas econômicas do atual ocupante do Alvorada, provocou o desemprego em massa entre os trabalhadores da NOVACAP. Hoje, mais de 20 mil candangos estão sem trabalho e uma manifestação de protesto que realizaram foi contida pelas metralhadoras da guarda palaciana. Também em empresas estatais sofrem essas consequências: na Companhia de Alcalis, 209 trabalhadores foram despedidos e outros 800 estão ameaçados do mesmo destino.

A crise de desemprego que já se manifesta nos empregos e obras oficiais, ameaça também estender-se a outros setores da indústria do país, prejudicados depois da adoção da Instrução 204. No setor de transportes já se verifica isso. Em São Paulo, centenas de motoristas de táxis estão sem trabalhar em virtude da escassez de passageiros que se verifica depois do aumento verificado no preço das corridas,



### Trabalhadores estão contra

A política econômico-financeira seguida pelo presidente da República — com a Instrução 204 da SUMOC a levar ao desespero os trabalhadores, com o aumento geral dos preços, a carestia desenfreada — foi vivamente repudiada pelos trabalhadores da capital de Pernambuco, em grande ato público realizado pelo Conselho Sindical dos Trabalhadores no Sindicato dos Comerciantes

### Plano de Eletrificação gaúcho ameaçado pela política entreguista

## Jânio Recusa Empréstimo à CEEE: Exige Liquidação da Empresa Estatal

PÓRTO ALEGRE, março (do Correspondente) — Vem provocando a mais viva repercussão entre a população desta capital e os trabalhadores, a exigência formulada pelo presidente Jânio Quadros, durante a recente reunião com os governadores sulinos, realizada em Florianópolis, de transformação da Comissão Estadual de Energia Elétrica, empresa estatal criada após a encampação dos serviços de força e luz antes explorados pela «Bond and Share», em sociedade de economia mista.

A exigência, segundo o noticiário depois confirmado por fontes oficiais, foi apresentada pelo presidente da República ao governador Brizola como única solução para a concessão do empréstimo de 1 bilhão e 600 milhões de cruzeiros solicitados pela CEEE ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, para atender ao Plano de Eletrificação do Estado, prometido durante a campanha eleitoral, pelo sr. Jânio Quadros, que se comprometeu, inclusive, a fornecê-lo respeitando a condição de empresa estatal da CEEE.

#### Repulsa

Um telegrama enviado pela Associação dos Funcionários da CEEE, entidade que congrega os 5.000 servidores da empresa, ao presidente da República e uma entrevista à imprensa concedida pelo presidente da Associação, assinalam a profunda descontentamento provocada entre os trabalhadores.

Falando à imprensa, o presidente da entidade, sr. Waldir Gomes, estranhou a exigência presidencial e, após lembrar que por diversas vezes ameaças nesse sentido foram formuladas contra a CEEE, assinalou que a atitude do sr. Jânio Quadros se choca com a política econômica e financeira por ele pregada durante a campanha eleitoral e, mais recentemente, reafirmada pelo ministro Castro Neves em palestra (gravada, por sinal) com dirigentes sindicais gaúchos. Nessa ocasião, o ministro do Trabalho afirmou peremptoriamente que, no que tange à energia elétrica, petróleo, carvão e outros minerais, a política do governo será

a da exploração pelo Estado, através de seus respectivos órgãos estatais e jamais pelo capital privado, seja ele estrangeiro ou nacional.

Recordou em sua entrevista, o sr. Waldir Gomes, que o presidente Jânio Quadros prometera, quando candidato, no comício de encerramento de sua campanha em Porto Alegre (também gravado), que o empréstimo solicitado ao BNDE seria concedido e que, se eleito, modificaria a orientação até então adotada pela Banca.

Após referir-se aos benefícios que a CEEE vem proporcionando à população de Porto Alegre e de mais 350 localidades do Rio Grande do Sul, à necessidade de manter o atual sistema de exploração dos serviços de força e luz pelo Estado, às vantagens que lhe são outorgadas, como empresa estatal, pelo Fundo Federal de Eletrificação, o sr. Waldir Gomes concluiu sua entrevista apelando para a defesa da CEEE, um patrimônio público hoje avaliado em mais de 10 bilhões de cruzeiros, ameaçada pelas manobras, agora patrocinadas pelo pre-

sidente Jânio Quadros, tendentes a transformá-la em empresa de economia mista.

O telegrama enviado pela Associação ao presidente da República, manifesta a surpresa dos funcionários diante da exigência do sr. Jânio Quadros, reporta-se às promessas do então candidato, relembra que a CEEE recebeu diversos empréstimos do BNDE sem que fosse solicitada a sua transformação, e termina confiando em que será encontrada uma solução ideal para subvencionar o Plano de Eletrificação do Rio Grande do Sul, sem necessidade do sacrifício da empresa estatal.

#### Descontentamento e decepção

Além do descontentamento provocado no Rio Grande do Sul, a exigência do sr. Jânio Quadros, e a anunciada disposição do governador Leonel Brizola de concordar com a «sugestão presidencial», causaram grande decepção em Santa Catarina, onde se articulava um movimento no sentido de criar, no Estado, uma empresa nos moldes da CEEE gaúcha.

## NOVOS RUMOS

### Uma Certa Justiça

Ninguém se preocupa de como nascem as crianças na favela. A ambulância não chega, nunca, à hora certa. Para quê?  
A criança que nasce na favela não veste uma camisa bordada e nem tem um par de sapatinhos de lã. Não bebe leite na hora determinada. Não tem cama para dormir e nem vai ao médico todos os meses. Vai se criando, assim: sem roupa, sem sapatos, sem leite, sem cama, e sem assistência médica. E vai crescendo, porque, até hoje, os filhos das crianças não conseguiram, ainda, impedir-las de nascer e de crescer.  
A criança que nasce na favela vai crescendo entre o céu e a cidade, muito distante e a cidade cada vez mais próxima de seus passos, de seus olhos, de seus sonhos. Mas vai descobrindo, aos poucos, que a cidade é tão distante quanto o céu. As escolas, os brinquedos, as casas bonitas. Tudo está tão longe... Sentem-se perdidos entre o céu e a cidade. Tem pouco para viver e muito para morrer. E vai vivendo como sabe, como pode e como delirium. Um dia, a lei descobre o rapazinho. É verdade que a lei nunca lhe deu nada. Nem lugar para nascer e nem meios para crescer e viver. Mas, de tanto perseguí-lo, acaba por transformá-lo num bandido. Nunca lhe abriu as portas de uma escola, nem de uma profissão, mas fecha-lhe as portas da cidade. E o céu não tem portas. O rapazinho só tem de seu a liberdade, que defende por todos os meios certos e errados. Assim, a sociedade gera e cria aqueles a quem chama de bandidos.  
Já ouvi muitas histórias desses bandidos fabricados pela miséria e pela perseguição. Muitas histórias comoventes, como a desse jovem Miguelzinho, que está sendo caçado como um animal. Por que não o tratam como a uma pessoa humana? Mesmo nos países onde há pena de morte os criminosos são julgados. Mas a criança nascida antes da chegada da ambulância, o menino da favela não tem direito, sequer, a ser julgado. Há duas leis: uma para um jovem chamado Cêlo Murilo, envolvido num crime de morte (e que morreu) e outra para um jovem chamado Miguelzinho, a quem a polícia procura de fuzil na mão, porque nunca teve uma camisa bordada, nem um par de sapatinhos de lã, nem leite, nem cama, nem assistência médica. E a isso se chama justiça — a justiça da civilização cristã, a justiça do capitalismo.

